



JANAINA APARECIDA SARAIVA

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR,
UM ESTUDO COM OS AGRICULTORES FAMILIARES NO
MUNICÍPIO DE MINDURI SUL DE MINAS GERAIS**

LAVRAS – MG

2017

JANAINA APARECIDA SARAIVA

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, UM ESTUDO COM
OS AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE MINDURI SUL DE
MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação
do Mestrado Profissional em Desenvolvimento
Sustentável e Extensão, área de concentração em
Desenvolvimento e Extensão, para a obtenção do Título de
Mestre.

Dr. Marcelo Márcio Romaniello
Orientador

LAVRAS – MG
2017

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Saraiva, Janaina Aparecida.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, um estudo com os agricultores familiares no município de Minduri sul de Minas Gerais / Janaina Aparecida Saraiva. –UFLA, 2017.

61 p. : il.

Orientador: Marcelo Márcio Romaniello

Dissertação(mestrado profissional)–Universidade Federal de Lavras, 2017.

Bibliografia.

1. Agricultura familiar 2. Políticas Públicas 3. Desenvolvimento Local. I. Romaniello, Marcelo Márcio. II. Título.

JANAINA APARECIDA SARAIVA

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, UM ESTUDO COM
OS AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE MINDURI SUL DE
MINAS GERAIS**

*THE NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM, A STUDY WITH FAMILY
FARMERS IN THE CITY OF MINDURI SOUTHERN MINAS GERAIS*

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação
do Mestrado Profissional em Desenvolvimento
Sustentável e Extensão, área de concentração em
Desenvolvimento e Extensão, para a obtenção do Título de
Mestre.

APROVADA em 21 de março de 2017.

Dr. Osmar Vicente Chevéz Pozo UFES

Dr. Thiago Rodrigo de Paula Assis UFLA

Prof. Dr. Marcelo Márcio Romaniello

Orientador

LAVRAS – MG

2017

Agradeço a Deus, a minha família, aos professores, ao meu querido filho Miguel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Lavras, especialmente ao Departamento de Administração e Economia.

À EMATER-MG, por conceder-me a liberação, apoio e tempo ao estudo do Mestrado.

A todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, sinto-me honrada em ter sido aluna, aos servidores administrativos e contratados que não mediram esforços em nos orientar quanto às etapas burocráticas do programa, aos demais serviços do bloco 3.

Ao professor Marcelo Márcio Romaniello pela orientação, aos professores Thiago Rodrigo de Paula Assis, Rafael Chiodi, Renato Elias Fontes e Osmar Pozo Chévez por participarem das minhas bancas de exame de qualificação e dissertação.

Aos meus pais, José Carlos Saraiva e Maria Aparecida do Nascimento Saraiva, pelo amor incondicional, apoio a mim e ao meu filho.

Aos meus amados irmãos Anderson Saraiva e Ederson do Nascimento Saraiva e suas respectivas famílias.

À Maria Lucia da Silva por cuidar do meu filho junto a meus pais, no meu tempo de ida a Lavras, durante o estudo.

As minhas companheiras de trabalho Rosinha e Keyla.

Aos meus amigos mestrados pela união e firmeza em concluirmos nosso tão sonhado Mestrado.

Aos agricultores familiares de Minduri.

Muito obrigada!

RESUMO

Pretendeu-se neste trabalho demonstrar a percepção dos agricultores familiares do município de Minduri- MG, sobre as compras do Programa Nacional de Alimentação Escolar para as escolas municipal e estadual. Para isso, foi elaborado um referencial teórico em políticas públicas, o programa nacional de alimentação escolar, agricultura familiar e o PNAE como indutor do desenvolvimento local. Constituíram como objetivos do estudo as características dos agricultores familiares participantes do PNAE em Minduri, a análise das melhorias e os problemas nas unidades de produção. O tipo de pesquisa utilizada foi a qualitativa que constou dos métodos da observação participante, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental os quais complementaram as entrevistas com roteiro feitas nas unidades de produção familiares. O período de análise foi de março a dezembro de 2016. Dessa maneira, considerou-se como relevante na pesquisa que o PNAE promoveu o desenvolvimento local criando novos mercados para a agricultura familiar. Além do mais, promoveu melhorias na renda, bem como no acesso ao mercado local; melhorias no cardápio escolar; e também encontrou desafios sobre a percepção dos agricultores como a falta de infraestrutura e equipamentos e atraso no pagamento dos produtos fornecidos para o PNAE. Espera-se que a pesquisa possa servir a novos estudos para complementar e trazer soluções que possam fortalecer ainda mais as relações, entre agricultores, escolas, ater e mercado promovendo o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Políticas públicas. Alimentação escolar. Agricultura familiar e desenvolvimento local.

ABSTRACT

This work aimed at showing the concern of family farmers in the city of Minduri, Minas Gerais, about the purchases made by the National School Feeding Program (*Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE*) for local and state schools. Therefore, we elaborated a theoretical framework on public policies, as well as on the national school feeding program, on family farming, and on PNAE as local developer. The characteristics of family farmers participating in PNAE in Minduri, the analysis of betterments, and the problems in production units were the purposes of this study. The type of research we used was qualitative, which consists of methods of participative observation, bibliographical survey, and a document survey that complements the guided interviews made in the family production units. This research took place between March and December 2016. Thus, a relevant consideration in this study was that PNAE promoted local development by creating new markets for family farming. Furthermore, they promoted improvements to income and access to local market, enhanced school menus, and found challenges related to the farmers' perceptions towards lack of infrastructure and equipment, and delays in the payment of products supplied to PNAE. This research is expected to provide data to new studies, in order to complement and bring solutions that may strengthen the bond among farmers, schools, and markets, thus promoting local development.

Keywords: Public policies. School feeding. Family farming. Local development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Divisa Município de Minduri – MG.....	33
Figura 2 – Localização do município de Minduri - MG microrregião de Andrelândia.	33
Figura 3 – Distância das propriedades do PNAE à cidade de Minduri	37
Figura 4 – Cachoeira pertencente ao Ribeirão da Prata propriedade Produtor E.....	37
Figura 5 – Cachoeira pertencente ao Ribeirão das Pitangueiras, propriedade Produtor G....	38
Figura 6 – Mina d’água que alimenta Ribeirão da Prata, propriedade Produtor H.....	38
Figura 7 – Afluente do Ribeirão das Pitangueiras que corta as Propriedades dos Produtores B, C e F.....	39
Figura 8 – Percentagem da Amostra da escolaridade no município de Minduri, região Sudeste e no Brasil.....	40
Figura 9 – Distribuição da formação escolar na amostra masculina no município de Minduri e no Brasil.	41
Figura 10 – Distribuição da formação escolar na amostra feminina no município de Minduri e no Brasil.	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Números de membros das famílias e atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares.....	36
Tabela 2 – Classificação de renda por grupo Pronaf, por área, por renda extra.....	43
Tabela 3 – Gêneros alimentícios edital 001/2015 - Escola Estadual Fernando Melo Vianna.....	46
Tabela 4 – Gêneros alimentícios edital 01/2016 – Escola Estadual Fernando Melo Vianna.....	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OBJETIVOS	15
2.1	Objetivo geral	15
2.2	Objetivos específicos	15
3	JUSTIFICATIVA	16
4	REFERENCIAL TEÓRICO	17
4.1	Políticas públicas	17
4.2	Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	19
4.3	Agricultura familiar	22
4.4	O PNAE como indutor do desenvolvimento local	25
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	28
5.1	Tipo de pesquisa	28
5.2	Pesquisa qualitativa	28
5.2.1	Metodos qualitativos utilizados para coleta de dados	29
5.2.1.1	Observação Participante	29
5.2.1.2	Pesquisa bibliográfica	30
5.2.1.3	Análise documental	30
5.2.1.4	Entrevista com roteiro (Semiestruturada)	31
5.2.1.5	Local da Pesquisa	32
5.2.1.6	O PNAE em Minduri	33
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
6.1	Caracterização dos agricultores participantes do PNAE em Minduri- MG	35
6.2	Melhorias relacionadas ao PNAE	42
6.2.1	Melhoria da renda	42
6.2.2	Melhoria no acesso ao mercado local	44
6.2.3	Melhorias no cardápio escolar	46
6.3	Problemas relacionados ao PNAE	48
6.3.1	Falta de infraestrutura e equipamentos	48
6.3.2	Atraso no pagamento dos produtos do PNAE	49
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	53
	APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS	61

1 INTRODUÇÃO

A intervenção do Estado brasileiro no meio rural, na década de 60 a 70, ocorreu por meio das políticas públicas, para a modernização da agricultura, com vistas ao processo de industrialização, configurando em uma política agrícola, tomando por base apenas o crescimento econômico, dirigido aos grandes proprietários de terras ou, principalmente, ao favorecimento da produção em escala, a exportação, ligados a produtos das empresas do setor alimentício. Somente a partir dos anos 80, houve uma leitura das consequências dessas políticas e seus impactos no mercado interno e sob sua população rural ligadas ao abastecimento desse mercado, o pequeno agricultor, mas eram programas regionalizados (GRISA, 2012).

Em 1990, ainda não existiam políticas que abrangesse todo o território brasileiro, voltada para a agricultura familiar. Entretanto, em 1995, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF reconhece a agricultura familiar. Esse programa surge pela pressão dos movimentos sociais, sindicais, que se uniram para que o Estado garantisse uma política diferenciada, com créditos a juros reduzidos, apoio e promoção da extensão rural (GRISA, 2012).

Em 2000, representantes de 191 países membros da ONU (Organização das Nações Unidas), se reuniram para discutir ideias acerca das condições socioeconômicas de seus países, desse encontro estabeleceram-se, os Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio. Para tanto, determinaram diferentes metas, como: acabar com a fome e a miséria; proporcionar uma educação básica de qualidade para todos; igualdade entre sexos e valorização da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a AIDS, a Malária e outras doenças; propiciar qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e trabalhar pelo desenvolvimento (MENDONÇA, 2015).

Em 2003, no Brasil, foram criadas políticas de Combate à Fome e Pobreza, tendo o Programa Fome Zero como ação prioritária, que surgiu como consequência de certo modo dos ODM. Dentro desse programa, foram determinados alguns projetos que fortaleceram a agricultura familiar, por meio da compra de seus produtos com o repasse de recursos do Governo Federal para os mercados institucionais, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), com o fornecimento dos alimentos às instituições como creches, asilos e hospitais, e que também são divididas em modalidades o PAA leite, doação simultânea individual, doação simultânea coletiva, compra direta e apoio à formação de estoques com quitação em produtos. Mais tarde, em 2009, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação

Escolar), passou a garantir a compra de alimentos dos agricultores familiares pelas escolas municipais, estaduais e federais. Esses mercados visam a atuar em questões sócio produtivas, segurança e educação alimentar, geração de trabalho e renda, e agroecologia (BECKER; ANJOS, 2015).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar passou a ser denominado dessa forma, apenas em 1979, antes, era chamado de Campanha Nacional de Merenda Escolar. E somente com a Constituição de 1988 ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais. Embora seu início data da década de 40, por meio do Instituto de Nutrição, que defendia que o Governo deveria garantir o fornecimento de alimentação aos escolares, entretanto, não foi à frente por falta de recursos (BRASIL, 2012b).

O PNAE tem como obrigatoriedade por meio da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, em seu artigo 2º, na 5ª diretriz, o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local; e em seu artigo 14 de consumir 30% de seus recursos destinado à alimentação escolar da agricultura familiar; manter hábitos alimentares culturais, e produtos cultivados preferencialmente com práticas que preservem e cuidem do meio ambiente (BRASIL, 2009).

A gestão do programa é realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é o responsável por repassar os recursos do governo federal diretamente aos estados, municípios e distrito federal sem qualquer convênio burocrático, garantido pela Medida Provisória 1.784 de 14 de agosto de 1998. As atribuições desse órgão do governo federal são: dar assistência financeira em caráter suplementar; estabelecer normas de funcionamento; acompanhar o programa; monitorar; fiscalizar e avaliar (BRASIL, 2012a).

O PNAE atende toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público). Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: creches: R\$1,07; pré-escola: R\$ 0,53; escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64; ensino fundamental e médio: R\$ 0,36; educação de jovens e adultos: R\$ 0,32; ensino integral: R\$ 1,07; programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00; alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53 (BRASIL, 2017a, 2017c) Em 2015, foram repassados pelo FNDE às

entidades executoras um total de R\$3.759 bilhões de reais em recursos e um total de 41,5 milhões de alunos atendidos (BRASIL, 2015b).

Segundo a Lei 11.326/06, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais tem como objetivo promover o planejamento e a execução das ações de crédito e fundo de aval; infraestrutura e serviços; assistência técnica e extensão rural; pesquisa; comercialização; seguro; habitação; legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária; cooperativismo e associativismo; educação, capacitação e profissionalização; negócios e serviços rurais não agrícolas e agroindustrialização. Para atender e promover essas ações, foram criadas as políticas públicas voltadas a essa categoria para a promoção do desenvolvimento local (BRASIL, 2006b).

A inclusão dos agricultores familiares nas políticas públicas, assim como suas percepções a respeito delas são meio de retroalimentar o sistema de informações acerca da sua efetividade, como forma de minimizar os efeitos das desigualdades sociais. As percepções daqueles indivíduos, o entendimento deles sobre os processos de avaliação da eficácia, da condução das políticas públicas ligadas à agricultura familiar servem para a organizar e interpretar as suas impressões sobre a política.

A participação dos agricultores familiares nas políticas públicas nos processos de formulação e implementação, como comunidades organizadas; movimentos sociais; organizações não governamentais e setor privado empresarial, atuando em conselhos diversos, empenhando-se em projetos públicos, e estruturando-se como uma rede de instituições e entidades que reúnem suas capacidades e competências, supera e ultrapassa a capacidade de ação isolada do Estado na solução de problemas de interesse público (RUA, 2012).

Em vários estudos que veiculam a avaliação de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, nota-se que a maioria não leva em consideração a percepção dos envolvidos nas mesmas, mas sim, o atendimento de metas e processos, o que denota pouca preocupação da avaliação participativa dos atores (ROSA et al., 2015).

Os agricultores familiares fornecedores do Programa Nacional de Alimentação Escolar de Minduri, hoje, somam um total de 8; emantém uma relação direta com a ater pública e com as escolas. Ele acontece desde 2010, com a obrigatoriedade da Lei 11.947/09 de adquirir no mínimo 30% de seus recursos da alimentação escolar de produtos da agricultura familiar. As escolas que efetuam as compras são: a Escola Municipal Durval de Souza Furtado e a Escola Estadual Fernando de Mello Viana. A primeira, por intermédio da Secretaria da Educação Municipal, realiza a compra e distribui para a APAE, beneficiando 39 alunos; para a creche

municipal com 125 alunos de 3 a 5 anos; e para a escola municipal de 1° ao 5° ano com 253 alunos. A segunda, estadual, com 418 alunos.

O problema de pesquisa foi analisar quais as percepções dos beneficiários da política do PNAE de Minduri? Como avaliam o processo de inclusão, de participação, dos benefícios, das dificuldades, e das vantagens de fazer parte de uma política? Como reconhecem sua importância? Como se relacionam com esse novo mercado? E como ele pode proporcionar alguma melhoria na sua qualidade de vida e dar continuidade ao programa?

Perante esse contexto, foi proposto olhar para o PNAE no município de Minduri, Minas Gerais. Nesse cenário, interessa o entendimento do funcionamento do programa, assim como os problemas, as contribuições positivas e as suas derivadas para os agricultores familiares, no que se refere ao acesso aos mercados locais. Nesse sentido, foi realizado um estudo sobre o PNAE a partir da visão dos agricultores inseridos nessa política.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Compreender a percepção dos agricultores familiares sobre a compra dos produtos do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Minduri, sul de Minas Gerais – MG.

2.2 Objetivos específicos

- a) Caracterização dos agricultores participantes do PNAE em Minduri;
- b) Analisar a percepção dos agricultores sobre as melhorias promovidas pelo PNAE nas unidades produtoras do município de Minduri;
- c) Analisar a percepção dos agricultores sobre os problemas relacionados ao PNAE nas unidades produtoras do município de Minduri;

3 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho teve como importância obter uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, por meio da percepção dos agricultores familiares, levantando informações sobre a compra da agricultura familiar no PNAE, os seus problemas e suas contribuições, colaborando para a melhor execução dessa política pública, no município de Minduri, fazendo dos agricultores membros participativos dessa política.

Desse modo, o estudo foi importante para incrementar o programa de alimentação escolar no município de Minduri – MG, a partir da visão dos beneficiários, podendo adaptar a política ao contexto local, podendo se desdobrar em melhorias na execução dos processos burocráticos existentes, promover a regulamentação da suplementação do orçamento da merenda nas escolas, aproximar os agricultores aos membros escolares para que se integrem na resolução dos eventos cotidianos, melhorar a articulação extensionista diante as facilidades e/ou dificuldades dos agricultores em suprir as demandas do mercado local, promover o crescimento econômico, gerar renda, emprego, hábitos saudáveis, valorizar os produtos locais e preservar o meio ambiente e a cultura local.

O projeto de pesquisa veio para contribuir com o entendimento de uma política pública inovadora que valoriza a categoria agricultura familiar e estimula a produção sustentável e a alimentação saudável. Ainda, no contexto local, há falta de conhecimento sobre a cadeia de comercialização dos produtos do PNAE, de como acontece, se os agricultores familiares estão satisfeitos com ela, ou se, ainda, encontram dificuldade de se inserirem no mercado local.

O projeto buscou a participação dos agricultores familiares inseridos no Programa Nacional de Alimentação Escolar de Minduri, dentro do processo de avaliação, considerando de forma fundamental a opinião deles, o que se distancia de uma visão estritamente técnica de cumprimento de metas. Demonstrou uma perspectiva mais compartilhada, o que pode gerar uma satisfação maior em torno das questões comuns; fortalecer ações democráticas, e superar os desafios ou entraves existentes dentro do processo de comercialização de seus produtos.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Políticas públicas

As políticas públicas surgiram no meio acadêmico nos EUA, como uma subárea da ciência política, enquanto que na Europa, de teorias explicativas sobre o papel do Estado, introduzida no governo como ferramentas de decisões governamentais de forma a lidar com as consequências da Guerra. Para Laswell, as decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: Quem ganha o quê? Por quê? E que diferença faz? Para isso, é necessária a multidisciplinariedade, sintetizando teorias em vários campos do conhecimento, e definindo aquela como a busca de “colocar o governo em ação, e/ou analisar essa ação e, se for necessário, propor novas mudanças” (SOUZA, 2006, p. 26). Segundo Almeida (2007, p. 9):

A área de estudos de políticas públicas, no Brasil, nasce com a transição do autoritarismo para a democracia, entre o final dos anos 1970 e a primeira metade dos 1980. Este é também um momento importante no processo de institucionalização das ciências sociais, com a criação de um verdadeiro sistema de pós-graduação e a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em 1977. Os dois processos deram a área suas feições específicas. Os desafios da democratização definiram a agenda de pesquisa, que se desenvolveu em estreita ligação com as atividades de pós-graduação e ganhou densidade acadêmica com os debates promovidos por associações científicas e, em especial, pelo Grupo de Trabalho de Políticas Públicas.

Para Castro e Oliveira (2014), o conceito de política pública pressupõe, portanto, o reconhecimento de que há uma área ou domínio da vida que não é privada ou somente individual. Também em Paraná (2015), é visto que a política constitui direitos assegurados constitucionalmente, ou que se firmam pelo reconhecimento do poder público, composto de planos, programas, ações e atividades. Segundo Rúa (1997, p. 2):

[...] por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são ‘públicas’ - e não privadas ou apenas coletivas. A sua dimensão ‘pública’ é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter “imperativo”. Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.

O primeiro passo da política pública, é a sua formulação. Segundo Wu et al. (2014, p. 52):

[...] se refere ao processo de gerar um conjunto de escolhas de políticas plausíveis para resolver problemas. Nessa fase do processo, uma gama de potenciais escolhas de políticas é identificada e uma avaliação preliminar da sua viabilidade é oferecida [...].

O passo seguinte é a tomada de decisão, em qual curso deve seguir a política pública para ser implementada, onde a voz de vários atores, departamentos, secretarias, administrativos, deve ser de importância para o desenvolvimento da tomada de decisão do gestor público (WU et al., 2014). Embora Rua (1997, p. 2) considere que “uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”.

Segundo Wu et al. (2014), a parte que cabe à implementação, é quando a política entra em vigor, embora isso não garanta os recursos necessários para a implementação e apoio aos atores com influência no processo decisório. Para que sejam eficazes, os gestores devem trabalhar em redes de negociações e ter conhecimento suficiente sobre a política.

Ainda sobre Wu et al. (2014), o conhecimento sobre a política pública e como ela está realmente funcionando, ou, se é possível melhorá-la, é trabalhado com a resposta das avaliações, muitas vezes, incompreendida pelos gestores, pois entendem tais avaliações como prejudicial a sua gestão, mesmo por falta de conhecimento sobre como a avaliação e seus aspectos técnicos podem auxiliar na retomada da sua ação.

Entretanto, todos esses direcionamentos precisam que passar por mudanças políticas, ideológicas, seja por movimentos sociais, organizações em protestos, participantes ativos de assembleias, e/ou por pensadores, pesquisadores que podem influenciar nas decisões do corpo político atuante.

De acordo com Grisa e Schneider (2015), vê-se decifrado três gerações de políticas aplicadas à agricultura familiar que se relacionam e mostram a sociedade civil e Estado em constante mudanças e proposições de demandas sociais ao longo do tempo:

- Primeira geração de políticas agrícolas e agrária: a partir de 50, com a industrialização, política desenvolvimentista que privilegiou uma economia industrial voltada para a modernização da agricultura, bem como as reivindicações para uma reforma agrária vieram; por consequência, as ações de crédito rural para a agricultura, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa, assistência técnica, aquisição de insumos, nada mais de que a política agrícola, incentivando a agricultura patronal, mesmo com a criação da Lei Agrícola; com isso, houveram muitas manifestações para garantir políticas específicas para agricultura familiar, criando Pronaf, ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), SEAF(Seguro da Agricultura Familiar), reforma agrária;

- Segunda geração de políticas sociais e assistenciais: a partir de 90, a política do neoliberalismo, o Estado mínimo, onde era retirado o Estado da economia, ele deveria apenas corrigir falhas, então as políticas eram de cunho social e assistencial exemplos: Programa

comunidade solidária, Programa Fome Zero, Bolsa Família, Pronaf infraestrutura, Pronafinho grupo B, Bolsa escola, bolsa alimentação, auxílio gás, plano Brasil sem miséria, Brasil carinhoso e bolsa verde; PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), minha casa minha vida, Pronat (Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais), PTC (Programa Territórios da Cidadania);

- Terceira geração de políticas de construção de mercados para agricultura familiar e sustentabilidade ambiental: a partir de 2000, atuação na política nacional de segurança alimentar, CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), mais interação dessas organizações com o governo; políticas de combate à fome, mas ligadas ao acesso de alimentos fornecidos pela agricultura familiar, criando os canais de comercialização e os mercados institucionais como: PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PNPB (Programa Nacional de Produção de Biodiesel), PGM bio (Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade), e incrementando as ações de fiscalização sanitárias, ampliação da certificação, agregação de valor aos produtos agropecuários.

As políticas de compras governamentais de produtos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), reforçam a presença da agricultura familiar na agenda de políticas públicas e ressaltam a importância dessa categoria (social e econômica) para a agricultura brasileira (SILVA; DIAS; AMORIM JUNIOR, 2015).

4.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é o programa de suplementação alimentar mais antigo do Brasil, desde 1955, a alimentação escolar faz parte dos eixos articuladores da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (MARQUES et al., 2014). Esse programa é importante, devido à vulnerabilidade alimentar da população brasileira. Ele é o programa público de maior abrangência e continuidade ao atendimento às escolas estaduais e municipais (SANTOS et al., 2014).

Dentro da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, tem-se o direito ao acesso a uma alimentação saudável, baseados em princípios de segurança alimentar e nutricional e que sejam adequadas do ponto de vista cultural, econômico e ecologicamente sustentáveis (BRASIL, 2006a).

A descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar para os Estados e municípios, em 1994, aliou a eficiência nas ações do Estado à participação popular, proporcionando uma alimentação escolar de acordo com a cultura de cada local (MACHADO et al., 2013).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar aproxima e integra as políticas de saúde dos escolares, cria mercados para os agricultores familiares, e fomenta práticas de gestão ambiental com a promoção de uma produção sustentável e uma alimentação saudável (SCHNEIDER; TRICHES, 2010). Segundo Deimling et al. (2015, p. 440), “incentivar a agricultura familiar é mais que auxiliar agricultores de baixa renda, é também manter a sustentabilidade da economia em grande parte do Brasil”.

A Lei 11.947, de 16 de junho, de 2009, dispõe sobre o atendimento à aquisição de alimentos saudáveis para a alimentação dos escolares, é obrigatório que, no mínimo, 30 % dos produtos sejam produzidos pela agricultura familiar, alimentos saudáveis, produzidos em âmbito preferencialmente local, respeitando os hábitos e costumes da população a ser atendida. Essa lei ainda possibilitou a dispensa do processo licitatório, por meio da chamada pública, na qual os preços utilizados são referentes ao levantamento no mercado local e regional, normatizado pela resolução nº 38/2009 (PEIXINHO, 2013).

A partir de 2013, foram conquistadas e institucionalizadas no PNAE muitos avanços, com as seguintes resoluções (BRASIL, 2012a):

- Resolução FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013 (BRASIL, 2013) – contém uma seção voltada à Educação Alimentar e Nutricional (EAN), a qual faz parte e reforça a política pública de segurança alimentar e nutricional (SAN); do capítulo V, seção 1, artigo 13, para fins do PNAE, a EAN é um conjunto de ações formativas, práticas e contínuas, transdisciplinar com escolhas alimentares saudáveis que colaborem para o aprendizado escolar e qualidade de um bom estado nutricional dos escolares junto às metodologias pedagógicas inovadoras que possam fazer parte da grade curricular;

- Resolução CD/FNDE nº 4 de 02 de abril de 2015 (BRASIL, 2015a) – busca fortalecer a agricultura familiar e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local; modificou a forma de aplicação dos critérios para seleção e classificação dos projetos de venda; como prioridade, são selecionados primeiramente por grupo, grupo de fornecedores locais; grupo de fornecedores de território; grupo de fornecedores do estado e grupo de fornecedores do país. E dentro dos grupos como ordem de prioridade, os assentados de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas; os certificados como orgânicos ou

agroecológicos; os grupos formais com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) jurídica, os grupos informais com DAP física e os fornecedores individuais com DAP física.

- Resolução FNDE nº 26 (BRASIL, 2013) - definem entidades executoras: Estado, Município, Distrito Federal e escolas federais como responsável pela execução do PNAE, e na resolução nº 4, que as entidades executoras deverão publicar os editais em meio eletrônico, jornais, rádios, mural público, enviados a organizações locais, órgãos de assistência técnica e extensão rural do estado ou município.

Para Saraiva et al. (2013), o PNAE pode criar uma maior aproximação entre fornecedores e consumidores, contribuindo com um menor êxodo rural, índices menores de pobreza urbana e rural, promovendo a sustentabilidade do programa. Segundo Arbache (2006 apud DEIMLING et al., 2015), a agricultura familiar cria a movimentação de produtos da sua origem até onde os consumidores desejam, surgindo na sociedade o valor de lugar, conectando produtor ao consumidor local. Conforme Schneider e Ferrari (2015, p. 57):

Este processo de diversificação e incremento na forma como os agricultores se inserem nos mercados, tem sido identificado pela expressão *quality turn*, que consiste em um movimento de virada em busca da valorização de produtos alimentares de qualidade diferenciada por consumidores cada vez mais reflexivos e informados.

Apesar das oportunidades que o PNAE oferece à agricultura familiar e às suas organizações, ele também apresenta uma série de desafios. Segundo Silva, Dias e Amorim Junior (2015), o processo de produção até a comercialização dos produtos envolve pessoas que precisam ser capacitadas em inúmeras funções, desde as gerenciais, as de planejamento, as de escalonamento da produção, gestão, estratégia, visão de mercado, ainda que seja um agricultor individual ou de parcerias coletivas, chamados de padrão de mercado.

As barreiras e desafios para os agricultores que acessam os mercados institucionais e locais são inúmeras. Ao passo que Triches e Schneider (2013, p. 68):

Por um lado, há todas as barreiras de entrada relacionadas aos aspectos burocráticos, fiscais, ambientais, estruturais, organizacionais, sanitários, exigidos aos agricultores para a formalização de seus estabelecimentos e de seus produtos. Por outro, encontram-se as exigências do próprio mercado consumidor – e aqui, especificamente, do Programa de Alimentação Escolar – que prevê a necessidade de obter garantias de inocuidade dos produtos adquiridos, além da padronização, regularidade, transporte e quantidade suficiente para abastecer todas as unidades de ensino [...].

Os agricultores familiares encontram-se ligados ao mercado e sua reprodução social depende das relações com eles, entretanto, sem deixar de garantir sua autonomia com relação a sua alimentação o que pode também levar a sua soberania alimentar (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010). Os mercados institucionais, desencadeiam uma série de incrementos

nas ações dos agricultores familiares, tornando-os membros participativos, reflexivos e promotores no processo de reordenamento da política pública do PNAE.

4.3 Agricultura familiar

A agricultura familiar pode ser definida como aquela que não rompe com as formas camponesas, continua a atuar em suas atividades no meio rural, mas se insere no mercado respondendo às exigências da sociedade e faz parte do contexto das políticas do Estado (WANDERLEY, 2003). Segundo Cruz (2012, p. 255), o reconhecimento dessa nova categoria emerge, no Brasil em 1990, para:

[...] demarcar um conjunto de medidas que vinham se esboçando desde o início do período da redemocratização, voltadas para o que vinha se denominando até então de pequena produção mercantil ou pequena produção familiar. Marca, portanto, o reconhecimento de uma categoria social de trabalhadores rurais no âmbito das políticas públicas. No entanto, cabe ainda qualificar as nuances desse debate.

A agricultura camponesa tradicional diferencia-se da moderna, pelo fato de que tem maior autonomia em relação ao mercado, enquanto que a outra é adequada às demandas do mercado. No primeiro modelo, as escolhas dos produtos a serem cultivados dependem dos fatores meteorológicos, da fertilidade do solo, hábitos alimentares, disposição e distribuição de áreas de acordo com o plano de consórcio das culturas e de alternância sem que concorram entre elas, distribuição da mão de obra empregada, quantidade de terra disponível, isso requer uma integração direta do homem ao meio em que vive, e o que o meio lhe proporciona sustentado na lógica da composição da unidade familiar camponesa (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Os agricultores familiares brasileiros distinguem – se daqueles que funcionam nos modelos de empresa, familiar ou não, eles transitam, constantemente, entre todos os modelos e por um pequeno grau de integração ao mercado, isso depende muito dos projetos de crescimento, da disponibilidade de investimento e de condições externas, econômicas, sociais e políticas. São estabelecimentos que efetuam poucas produções destinadas à venda (mesmo que a quantidade possa ser importante), o que excede ou o que pode se tornar renda extra, pode ser comercializado ou não, depende do momento financeiro que se encontra o agricultor e do mercado, o que pode lhe render uma reserva, e dispõem de uma grande independência alimentar (poucas compras e um autoconsumo importante), a maioria dos alimentos são produzidos na propriedade, alguns poucos são comprados ou trocados, o que deixa de ser gasto pode gerar aplicação em outros planejamentos (LAMARCHE, 1998).

De acordo com Guanziroli, Buainain e Di Sabato (2012, p. 364) “a agricultura familiar no Brasil está composta de diversos subsegmentos que devem ser identificados para que se possa pensar com mais precisão em políticas diferenciadas em relação a este setor”. Nos trabalhos FAO/Incrá originais chamava-se esses setores de: consolidados, em transição e periféricos. Segundo, Schneider e Triches (2010), os agricultores brasileiros encontram-se nas diversas classificações, do ponto de vista sociológico nomearia os três grandes subsegmentos como: agricultores familiares empresariais, agricultores familiares não empresariais e camponeses. Tanto os primeiros quanto os segundos podem ser alvo de políticas tipicamente agrícolas (crédito, preços, por exemplo), enquanto os últimos – camponeses, frequentemente são excluídos do mercado – beneficiam-se mais de políticas agrárias, de educação e saúde do que de políticas agrícolas.

Na maioria das vezes, os agricultores familiares constituem unidades familiares que diversificam sua fonte de renda, e além da agricultura, os membros que integram a família exercem várias outras atividades. Essas podem ser referentes às divisões internas na própria unidade, influenciadas pelo ambiente externo, e/ou oportunidades, mas também para manter a reprodução da própria família, isso representa a pluriatividade (SCHNEIDER, 2007).

A pluriatividade é um elemento de diversificação que pode se produzir no interior da família, de acordo com o meio em que vivem, a família pluriativa é aquela que tem pelo menos um membro que combina mais de uma atividade que podem ser: pluriatividade tradicional; pluriatividade intersetorial; pluriatividade de base agrária e pluriatividade para agrícola (SCHNEIDER, 2007).

Dentro da unidade familiar, temos a multifuncionalidade que é justificada, por promover a segurança alimentar própria (autoconsumo) e da sociedade (maioria dos produtos da mesa); conservação das paisagens ou preservação (quanto maior as funções maiores a preservação ou manutenção); reprodução social (a manutenção do modo de vida e costumes locais) e a reprodução socioeconômica, na qual a atividade não agrícola favorece um aumento da renda, frente à queda dos preços das atividades agrícolas (CANDIOTTO, 2009).

As atividades não agrícolas, como comércio, indústria ou serviços, se distinguem em gênero como, por exemplo, as ocupações de serviços domésticos, professoras de primeiro grau, e costureiras são desempenhadas por mulheres; pedreiros, serventes de pedreiro e motoristas por homens, e essas podem se assemelhar igualmente no desempenho, de acordo com as funções de cada um, dizem que são exercidas por pessoas que possuem pouca qualificação, pouca escolaridade, que são trabalhos precários, de baixa remuneração (GRAZIANO; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2005).

Entretanto, as novas atividades agrícolas podem ser bem vistas, e altamente remuneradas, como o turismo rural, produção agroecologia, comungando aos interesses de acúmulo de capital, gestão de oportunidade, ligada ao tripé do desenvolvimento sustentável que eleva o conceito de um arranjo de crescimento econômico, conservação ambiental e social (CANDIOTTO, 2009).

As práticas agroecológicas, a segurança alimentar, a conservação do meio ambiente, e a cultura favorecem um maior reconhecimento, por parte da sociedade, da importância da agricultura familiar, tanto a pluriatividade quanto a multifuncionalidade são características do cotidiano das unidades produtivas rurais, são dinâmicas, mutáveis e com o apoio das políticas desenvolvidas, especificamente para ela, gera a institucionalização dessa população ou desse modelo familiar (PLOEG, 2009). Segundo Tomasetto, Lima e Shikida (2015, p. 22):

A diversificação da agricultura vem se desenvolvendo em todo o mundo tendo como característica a predominância e gerenciamento da mão de obra familiar e busca equilibrar o uso dos recursos naturais, sendo ativamente participante do processo para uma agricultura mais sustentável.

A agricultura familiar, hoje, é representada e definida pelo governo por pequenos e médios produtores rurais e, além disso, pescadores, artesãos, jovens e mulheres do meio rural, e que somam, aproximadamente, 4,5 milhões de estabelecimentos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2006), o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros.

Segundo o Manual de Crédito Rural, o agricultor para ser considerado familiar ele precisa atender alguns critérios e, por conseguinte, adquirir a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), o qual, é o documento que contém as atividades ligadas ao meio rural e fora dele, necessário para acessar os programas do governo, são eles (BRASIL, 2016):

- a) pode ser proprietário, arrendatário, posseiro, comodatário entre outros;
- b) possuir até quatro módulos fiscais;
- c) obter renda anual bruta até 360.000,00;
- d) 50% da renda pode advir de outros meios, como por exemplo, meio urbano ou outras atividades;
- e) a gestão da propriedade precisa ser realizada pela família, significa que a força de trabalho familiar precisa ser maior que a mão de obra contratada.

A categoria agricultura familiar passa a agregar valor expressivo na formulação, implementação, nas ações discutidas em assembleias, nos processos burocráticos de acesso a

políticas públicas, sejam elas setorializadas ou universalizadas, principalmente, na fase de realocação das ações, recursos como, por exemplo, para programas que são executados por faixa de renda, ou universais como o crédito rural, o que pode resultar para a melhora da política ativa.

4.4 O PNAE como indutor do desenvolvimento local

O desenvolvimento local é o desenvolvimento de uma cidade, de uma população, no caso dos agricultores familiares, levanta características internas, fomentando, descobrindo potencialidades de ampliar a produção, agregar valor de procedência, absorver o excedente econômico gerado no lugar, promovendo o fortalecimento do capital social (OLIVEIRA, 2014). Segundo Abramovay (2001), o local soa como qualidade, lugar onde surgem as capacidades dos indivíduos e permitem-lhes ampliarem seu horizonte de escolhas.

Essa forma de fortalecer cria o desenvolvimento endógeno, no qual a participação dos atores sociais desafia o mercado tradicional, e cria valores de identidade própria, altamente singulares, dinamizando a rede de conexões, trazendo uma teia de oportunidades de crescimento social, econômico, político, ambiental e cultural. Segundo Barquero (2001 apud OLIVEIRA, 2014), as redes de conexões econômica, social e institucional são baseadas na confiança, nas características locais espalhando acordos em que as relações podem ser de natureza casuais, informais, comerciais e contratuais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar impulsiona um mercado já existente, desvendando para o agricultor familiar, uma oportunidade de comercialização, e, a partir dela, promove relações entre os indivíduos locais, de valorização dos produtos, despertando as múltiplas capacidades dos agricultores, o que pode induzir o desenvolvimento de toda uma sociedade.

Segundo Gazolla e Schneider (2005), a mercantilização da agricultura familiar é definida como um processo no qual o mercado gera a organização social dos agricultores, inteirando-se o trabalho à produção que se integra e se propõe ao mercado de forma diversa para a manutenção das unidades de produção familiar.

Dentro disso, tem-se a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; que procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura, não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo, de tal forma que essas implicações combinem com o aspecto econômico e com o aspecto social, e que envolva a diversificação das

atividades que geram renda (KAGEYAMA, 2004). Conforme, Gazolla (2011, p. 5) enumeramos algumas características relacionadas à noção de construção de novos mercados:

[...] (a) os agricultores os constroem ativamente com base nas suas estratégias e projetos de vida, mas também interagindo com o contexto local e institucional; (b) os agricultores se utilizam principalmente dos seus conhecimentos tácitos e contextuais e de outros atores sociais para acessarem diferentes mercados; (c) estes mercados na sua maioria são construídos em direção a aumentar a autonomia reprodutiva relativa da família e buscam a sustentabilidade socioeconômica e ambiental; (d) os mercados são desenvolvidos com os recursos dos próprios agricultores (terra, trabalho, conhecimentos, agroecossistemas) e se baseiam nas práticas e rotinas destes atores; (e) estes mercados são locais em sua maior parte, com exceção das cadeias longas que algumas iniciativas se inserem e, são lastreados nas relações sociais que estes atores desenvolveram historicamente; (f) em alguns mercados os atores se organizam formando redes sociais, onde compartilham experiências, diferentes inserções mercantis e expectativas futuras comuns de suas iniciativas, bem como realizam processos de aprendizagem social.

A atuação dos agricultores nesse novo mercado local é fomentada por ações governamentais como o PNAE, que incentiva a valorização de produtos locais, abrindo caminho para uma demanda que leva à consolidação de mercados sustentáveis de modo a promover a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida desses grupos e do ambiente em que vivem (ANDRADE et al., 2013).

As relações dos indivíduos em meio aos mercados institucionais e locais, também são vistas na nova sociologia econômica, quando estas não estão ligadas somente ao setor econômico, mas passam a ser uma relação de confiança, credibilidade, história e parte de contextos sociais que tornam possíveis as redes entre pessoas, organizações, empresas e instituições (ORTEGA; MATOS, 2013).

Nesse contexto, ao focalizar o mercado local, vê-se um canal direto de comercialização entre o agricultor e o consumidor final, a comercialização de produtos agrícolas deve ser entendida como uma transferência de bens e serviços complexos a qual abrange uma série de atividades. As várias funções de transferir os produtos ao consumidor final, considera atividades agrícolas e não agrícolas (WAQUIL; MIELLE; SCHULTZ, 2010). Conforme Wilkinson (2003), o mercado local é diretamente influenciado pelos hábitos alimentares saudáveis, e a agricultura desenvolve suas práticas em sistemas de alta qualidade e, ainda, acrescenta propriedades de interesse de seus produtos como as funcionais, nutricionais e sem aditivos químicos.

A produção para o mercado local e institucional se torna fundamental e é mantida pela demanda, mas também pela precificação dos produtos. Ao contrário das commodities, ali os

preços são mantidos devido à externalidades positivas, essa “surge quando uma pessoa se dedica a uma ação que provoca impacto no bem-estar de um terceiro que não participa dessa ação, sem pagar nem receber nenhuma compensação por esse impacto” (MANKIWI, 2010, p. 195). Daí, a intervenção do Estado em aplicar os recursos na economia local, por meio da compra direta de produtos da alimentação escolar, corrigindo as ineficiências do mercado, provocando um ponto de equilíbrio, dinamizando o mercado local, Granziera e Saes (2014, p. 69-70) entendem que:

[...] O sucesso da agricultura familiar, multifuncional depende da apropriação das externalidades positivas geradas no processo produtivo multifuncional por parte do mercado consumidor remunerando o produto como um bem de valor; e um segundo ponto, são as políticas públicas, que permitem uma melhor apropriação dos benefícios criados pelos agricultores e que servirão de incentivo para a agricultura multifuncional.

As externalidades se referem quando a produção ou consumo de bens ou serviços são influenciados pela decisão de consumo ou produção de outros que não estão envolvidos nessas atividades. Nesse caso, da agricultura familiar, interessa-nos a externalidades positivas quando da sua produção ser ecologicamente correta, ou, ainda, quando preservam nascentes e matas ciliares que abastecem uma cidade, povoado e animais, trazem benefícios, não somente para ela, como para toda uma sociedade. Para incentivar as externalidades positivas, o Estado tem papel fundamental na criação de políticas públicas que valorizam esses aspectos, como exemplo: o PNAE.

Dentro desse contexto, a participação social torna-se um instrumento primordial para a construção de um processo de mudança em prol de todos os grupos que compõe a vida em sociedade e promove a integração dos indivíduos em diversos núcleos organizacionais, e pode levar os sujeitos participativos ao processo de aprendizagem que modifica o comportamento de acordo com a experiência e discussões de assuntos de interesses comuns.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

5.1 Tipo de pesquisa

O tipo de pesquisa utilizado foi a qualitativa pela compreensão que os agricultores familiares apresentaram sobre as compras do PNAE, complementada pelos métodos de observação participante, pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevista com roteiro.

5.2 Pesquisa qualitativa

A metodologia utilizada foi a qualitativa devido ao seu potencial de compreender o significado que os agricultores familiares podem atribuir ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. O estudo foi desenvolvido no município de Minduri, com os agricultores participantes do programa. A pesquisa qualitativa tem foco nos processos e a compreensão social de grupos, indivíduos, organizações, analisando em profundidade os seus métodos coletando dados de documentos escritos, mas também da palavra dos atores sociais (GOLDENBERG, 1997 apud FERRAZ; SILVA, 2015). Segundo Godoy (1995b, p. 21):

A pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. Um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.

A pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, o foco de seu interesse é amplo e parte da obtenção de dados descritivos de contato direto e interativo do pesquisador com a situação do objeto. Frequentemente, o pesquisador tenta entender os fenômenos, segundo a visão dos participantes da situação estudada, e daí situar sua interpretação do estudo (NEVES, 1996). Para Martins (2004, p. 289):

A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. Enfatiza-se a necessidade do exercício da intuição e da imaginação pelo pesquisador, num tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também — o que é muito importante — para a liberdade do intelectual.

A pesquisa tem o objetivo de analisar a percepção do agricultor frente ao programa de alimentação escolar no município, baseando no indivíduo, em sua liberdade de aferir como sujeito participativo que vive de acordo com seus valores, vivências, definindo o que é necessário para buscar uma boa qualidade de vida, integrante da política pública, e definir o

que ela deve efetivar (BECKER; ANJOS, 2015, p. 145). Com isso, tem-se que o termo qualitativo por Chizzotti (2003, p. 221):

[...] implica em uma partilha densa com as pessoas, fatos e locais, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após esse tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científica, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa.

Os participantes da pesquisa, os agricultores familiares, diante das expectativas e/ou perspectivas frente ao programa analisados por eles reagem a ações, às modificações em seu meio. O pesquisador, ao analisar em profundidade o comportamento humano, é desafiado a todo instante pelo sujeito da pesquisa, o que constitui a marca da pesquisa qualitativa, a flexibilidade, por isso as técnicas das coletas são aquelas que se adaptam melhor ao contexto pesquisado (MARTINS, 2004). Os estudos qualitativos podem ser feitos com gravadores ou anotações em bloco de papel, o importante é que o investigador-pesquisador tentou captar e observar junto aos participantes e confrontá-lo com a de outros pesquisadores (GODOY, 1995a).

5.2.1 Métodos qualitativos utilizados para coleta de dados

Os métodos utilizados da observação participante, pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevista com roteiro corroboram para a coleta de dados sobre a percepção dos agricultores familiares sobre as compras do PNAE em Minduri, e mais complementam um ao outro nas análises realizadas.

5.2.1.1 Observação Participante

Durante, antes e após todo o processo de pesquisa, foi levado em conta a observação no meu trabalho como extensionista local da EMATER – MG de Minduri, método utilizado desde o início da implementação do programa no município, durante a pesquisa, a observação participante foi realizada com olhar de pesquisadora e facilitada por constar de um ambiente já conquistado, por um longo período de tempo, de confiança mútua, mas sem deixar de lado uma certa imparcialidade com o tema, é observar gestos, ações, saber ouvir, saber calar-se quando também uma nova questão é levantada pelos que são observados e o quanto se repete nas observações das unidades produtoras, e tem relevância para os agricultores familiares.

Os registros das importâncias levantadas envolvem tempo, o comportamento dos agricultores diante das mudanças ocorridas neles, desde o início do programa até os dias de hoje, o quanto desenvolveram suas habilidades produtivas e participativas, tudo o que envolve é observado. Complementam a observação do pesquisador as conversas, as visitas de campo e

as orientações técnicas com os agricultores familiares atuantes do programa. A vantagem principal desse método é descrita por Belei et al. (2008, p. 191-192):

A principal vantagem deste método é que outros pesquisadores ou colaboradores (juízes) também podem fazer uso do material coletado. Torna-se possível analisar todo o material de pesquisa e manter a neutralidade dos dados. Diz-se que uma observação é fidedigna quando o observador é preciso e seus registros são confiáveis. Não basta apenas colocar-se próximo ao objeto de estudo e olhá-lo. Deve-se olhar e registrar.

A observação participante, implica, necessariamente, em um processo longo. Muitas vezes, o pesquisador passa inúmeros meses para “negociar” sua entrada na área. Uma fase exploratória é, assim, essencial para o desenrolar ulterior da pesquisa. O tempo é também um pré-requisito para os estudos que envolvem o comportamento e a ação de grupos: para se compreender a evolução do comportamento de pessoas e de grupos é necessário observá-los por um longo período e não num único momento (VALLADARES, 2007).

Para Valladares (2007, p. 154), “a observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, e, que perguntas fazer na hora certa”. Complementa Queiroz et al. (2007, p. 278) que “na observação participante, tem-se a oportunidade de unir o objeto ao seu contexto, contrapondo-se ao princípio de isolamento no qual fomos formados” buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação.

5.2.1.2 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi realizada em fontes secundárias, como artigos publicados em periódicos, livros, institutos de pesquisas e internet. Essa pesquisa trouxe pontos relevantes do programa, ações em locais que cumprem com o funcionamento do PNAE e um diálogo importante para a discussão dos dados coletados.

A pesquisa bibliográfica busca uma revisão crítica comparada ao resultado alcançado, envolve uma construção minuciosa, das obras, temas e conceitos importantes para a compreensão do objeto de estudo (LIMA; MIOTO, 2007).

Em linhas gerais, a pesquisa bibliográfica, abrange, revistas, jornais, internet, levantamento de estudos já publicados, sejam eles de campo ou documentais, que são capazes de nos fornecer dados interessantes e originais (LUNA, 1999 apud BONI; QUARESMA, 2005).

5.2.1.3 Análise documental

A pesquisa documental é percebida por Godoy (1995, p. 21-22) da seguinte maneira:

A pesquisa documental trata da investigação de documentos de diversas partes, que podem gerar caráter inovador trazendo à tona uma riquíssima fonte de dados, mesmo antes não revisada e/ou não explorada. Documentos deve ser entendida como uma palavra ampla, incluindo os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes).

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado, o resgate possibilita ampliar a compreensão da história e cultura (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Segundo Neves (1996), a análise documental é constituída por materiais que podem ser reexaminados, ou que, ainda não o foram, oferecendo base útil e criativa para o pesquisador por longos períodos.

A pesquisa documental foi realizada por meio de documentos internos do escritório local da EMATER- MG de Minduri – MG, assim como os editais de chamadas públicas das escolas municipal e estadual do município, arquivados no último. E as fotos constantes dos agricultores familiares em suas respectivas atividades. Nos editais de chamada pública, foram utilizadas as informações: os produtos relacionados na chamada; os projetos de venda; a variação de preços dos alimentos; a diferença de alimentos entre as escolas. Nas atas examinadas, os membros do conselho de alimentação escolar, colegiado na escola estadual, assuntos relevantes ao programa, reuniões realizadas. Nas DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf), faixa etária, escolaridade, estado civil, faixa de renda, tamanho da propriedade, condição de posse de imóvel rural, mudança de grupo.

5.2.1.4 Entrevista com roteiro (Semiestruturada)

A entrevista utilizada foi feita com roteiro, com questões previamente elaboradas, gravadas a campo, nos locais de trabalho de cada agricultor, para a coleta de dados primários; as perguntas tratam de assuntos desde quando participam do programa, como ficaram sabendo da existência, até o que o programa contribuiu, ou se ainda, precisa melhorar. A delimitação do número de entrevistados se deu no total de agricultores participantes das chamadas públicas da escola municipal e estadual, hoje, totalizam 8 (oito) agricultores, e 8 (oito) famílias, pela facilidade de acesso a eles.

Inicialmente, os agricultores foram informados como seria realizada a pesquisa, apresentada a proposta de estudo para melhoria do PNAE no município, num ambiente de relação de confiança, com permissão da gravação e garantia do anonimato e confidencialidade dos dados coletados e a fidedignidade das falas para a posterior transcrição. Logo após, foram

feitas as leituras e releitura das entrevistas para posteriormente, elaborar e concatenar as ideias com todos os outros métodos qualitativos.

A entrevista realizada constou de perguntas abertas e fechadas com roteiro, gravadas, em que os agricultores discorreram sobre os pontos positivos e negativos do programa, desde quando participam do programa, as mudanças ocorridas com o programa em sua vida cotidiana e a relação deles com agentes executores do programa, e, ainda, se, a partir do programa, houve abertura ao mercado local e valorização de seus produtos. Segundo Fraser e Gondim (2004, p. 140):

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante.

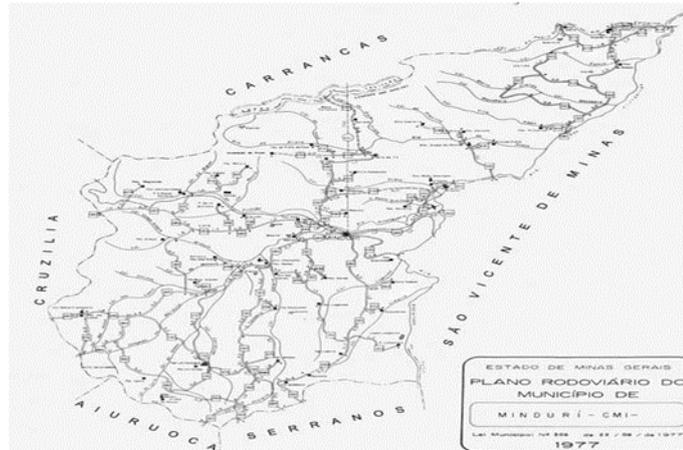
Esse método permite a extração de quantidade de dados enriquecedores ao trabalho, o qual respeitará o aspecto ético aos entrevistados, o sucesso desse processo depende da condução e transcrição a análise dos dados da entrevista (BRITTO JÚNIOR; FERREZ JÚNIOR, 2011). Segundo Ferraz e Silva (2015), ela leva ao pesquisador a oportunidade de entender o que e como os atores pensam e sentem acerca do tema pesquisado.

O pesquisador deve seguir um roteiro prévio, elaborado, fazendo a entrevista de modo informal, colaborando com os significados, comportamentos dos informantes o que lhes dá a espontaneidade nas falas e nas quais surgem questões de grande valor na pesquisa (BONI; QUARESMA, 2005).

5.2.1.5 Local da Pesquisa

O município de Minduri está localizado na maior parte no planalto de Cruzília com altitudes inferiores a 1100 metros e no compartimentado da Serra da Mantiqueira com altitudes superiores a 1100 metros, região do Sul de Minas Gerais, criado em 12 de dezembro de 1953, possui uma área de 219,8 Km², da qual fazem parte a Serra da Traituba, Serra do Moleque e a Chapada das Perdizes. Pertence à bacia do Rio Grande, formado pelo Ribeirão das Pitangueiras, Ribeirão do Espreado, Ribeirão da Prata, Ribeirão dos Carneiros. Segundo o Censo do IBGE (2010), tem um total de 3840 habitantes, faz divisa com os municípios de São Vicente de Minas, Cruzília, Carrancas, Serranos e Aiuruoca (MINDURI, 1983). A seguir a visualização nas Figuras 1 e 2.

Figura 1 – Divisa Município de Minduri – MG.



Fonte: Minduri (1983).

Figura 2 - Localização do município de Minduri - MG microrregião de Andrelândia.



Fonte: Microrregião... (2016).

5.2.1.6 O PNAE em Minduri

O PNAE em Minduri, no ano de 2016, contou com a participação de oito agricultores familiares fornecedores e beneficiou um total de 835 alunos. O programa teve início em 2009, mas somente em 2010, começou a ser executado, com apenas dois agricultores familiares fornecedores; um fornecia alface e o outro poncã e laranja; os outros começaram, a partir de 2014, pelo fato de acertarem a documentação, como escritura, contrato de arrendamento, cartão de produtor. As escolas estadual e municipal conseguiram atingir o percentual dos 30% exigidos por lei para compra da agricultura familiar; a escola municipal comprou um total de

R\$12025,40 e a estadual R\$10007,25. A escola municipal executa toda a programação do recurso até o fim de cada ano escolar, já a escola estadual reprograma sempre o recurso no fim do ano, para que ele possa ser utilizado no início do próximo ano, sem perder o repasse no ano seguinte, isso acontece, quando o fornecimento dos produtos é afetado por conta de alguns fatores como: sazonalidade ou outras adversidades do tempo (seca, excesso de chuvas).

O processo da chamada pública se dá seguinte maneira:

1° A secretaria de educação municipal e a caixa escolar fazem o levantamento de alimentos com o nutricionista, as merendeiras e com a EMATER;

2° As entidades executoras fazem a tomada de preço dos alimentos locais e/ou regionais;

3° Publicam o edital em meio eletrônico, e enviam, no mínimo, a 3(três) escritórios da EMATER-MG;

4° A EMATER local faz contato com os produtores e eles vêm até o escritório para que o técnico possa elaborar o projeto de venda, assinam-no;

5° Até o prazo estabelecido pela escola, o projeto de venda precisa ser entregue às escolas pelo produtor ou pela EMATER, com os respectivos documentos: DAP válida, CPF (cadastro de pessoa física), RG (registro geral), cartão de produtor válido;

6° Após abertos os projetos, a escola estadual representada pela caixa escolar, e secretaria de educação municipal comunicam direto com os agricultores e agendam a venda dos produtos, semanal, quinzenal ou mensal.

7° A secretaria faz o pedido aos agricultores para entregar os produtos na escola municipal, nos dias em que o nutricionista estiver na escola para conferir com as merendeiras a qualidade dos produtos, depois eles são distribuídos à escola municipal, à APAE e à creche. Na escola estadual, os produtos são supervisionados pelo membro da caixa escolar e pelas merendeiras.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Caracterização dos agricultores participantes do PNAE em Minduri- MG

No trabalho de pesquisa, foram entrevistados 8 (oito) agricultores familiares, seis são casados, um tem convivência estável e um é solteiro, as idades dos titulares da DAP que emitem a nota fiscal de venda são variadas, 25, 29, 39, 51, 56, 57, 57 e 63 anos. Isso mostrou a existência de 33,3% de jovens no meio rural e que o processo de recampesinização, é um conceito de uma nova condição, membros novos adquirindo terras daqueles entrevistados dois são jovens e mais um agricultor, ou alugando, mais um jovem, desemprego, heranças tardias os outros quatro participantes, e também um maior valor agregado aos produtos, maior rentabilidade no campo, novas oportunidades e autonomia (PLOEG, 2009).

Durante as entrevistas, percebeu-se que 3(três) famílias, possuem 7 (sete) filhos dentro e fora da cidade, maiores de dezoito anos, que trabalham em outras funções que não estão ligadas ao meio rural e que, muitos foram embora, por não conseguirem se manter, por falta de emprego no meio urbano, para estudarem e pela pouca área das propriedades para sua manutenção. Nesse contexto, dito por Abramovay (2013) e Ferrari et al. (2013) os componentes da família não são absorvidos pela produção agrícola, a busca por trabalho fora do meio rural e, sobretudo, a migração passam a fazer parte das estratégias de vida dos jovens filhos de agricultores familiares.

Os jovens veem nas cidades melhores condições para ganhar seu próprio dinheiro, trabalham na fábrica de EPI (Equipamento de Proteção Individual) do município, no comércio da cidade, em construção civil, ou em cidades próximas, ou, até mesmo mais longes como Pouso Alegre, onde há maiores oportunidades para estudar e melhor remuneração do trabalho. Aliado aos condicionantes econômicos e sociais externos ao estabelecimento familiar, não obstante a pluriatividade está ligada à dinâmica interna de funcionamento da família e para a individualização dos projetos de vida deles.

O fenômeno da pluriatividade passa a ser permanente para a reprodução das famílias, constitui a diversificação das fontes rendas, desenvolvidas por um ou mais integrantes da unidade familiar, em tempo parcial, de acordo com as condições sociais, econômicas, do ambiente, do contexto e do mercado de trabalho local (SCHNEIDER, 2001). Foi percebido, de acordo com os documentos, que três deles possuem emprego no meio urbano e um possui emprego no meio rural como mais uma fonte de renda. Segundo Del Grossi e Graziano (2000), os agricultores que não conseguem sua reprodução, exclusivamente por renda agropecuária, recorrem cada vez mais às atividades pluriativas ou não - agrícolas.

A composição das unidades familiares participantes do PNAE em Minduri e suas atividades, constantes dos produtos que fornecem as escolas e outros que não são fornecidos, por não estarem no edital ou que ainda não foram incorporados na composição do cardápio escolar como a rúcula, brócolis, jiló, quiabo e pimenta godê, podem ser observadas na Tabela a seguir:

Tabela 1 – Números de membros das famílias e atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares.

Produtor	Membros familiares que moram no município.	Atividades
A	3	leite + alface+chuchu+couve+mandioca+repolho+beterraba
B	1	Beterraba+cenoura+couve+inhame+mandioca+couve-flor+brócolis+rúcula+repolho+ emprego meio rural
C	1	Abobrinha+alface+beterraba+couve-flor+brócolis+inhame+batata doce+mandioca+repolho+ leite
D	2	Abobrinha+abobora madura+leite+feijão+emprego meio urbano
E	-	leite+fubá
F	2	Abobora madura+abobrinha+alface+batata doce+inhame+mandioca+jiló+quiabo+laranja+limão+pimenta godê+feijão+milho
G	1	emprego meio urbano+acerola+abacate+laranja+poncã+ abacate+manga+pera+limão+chuchu
H	1	leite+rosca+rosquinhas+banana

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Dentre os entrevistados, 5 (cinco) são parentes diretos e trabalham em terrenos da mesma localização do município, e os outros 2 (dois) são primos, dentro desse meio vimos a pouco dependência dos insumos externos, os que adquirem são sementes ou mudas, e adquirem ou trocam esterco em alguns casos, pois 75% deles têm outras atividades ligadas à bovinocultura, fazendo a pluriatividade agrícola enraizada em seu ambiente.

As propriedades estão próximas à cidade, os produtores A, B, C, D e F localizam-se a 1 Km de distância; o produtor E, a 6 Km; o produtor H a 8 Km e o produtor G o mais distante a 10 Km, o que facilita o transporte das mercadorias e o acesso que é realizado com motos, carroça, carro e também a pé, além disso, são abundantes em água e, a maioria, relevo favorável à condução das atividades agrícolas. Como podemos ver na imagem abaixo:

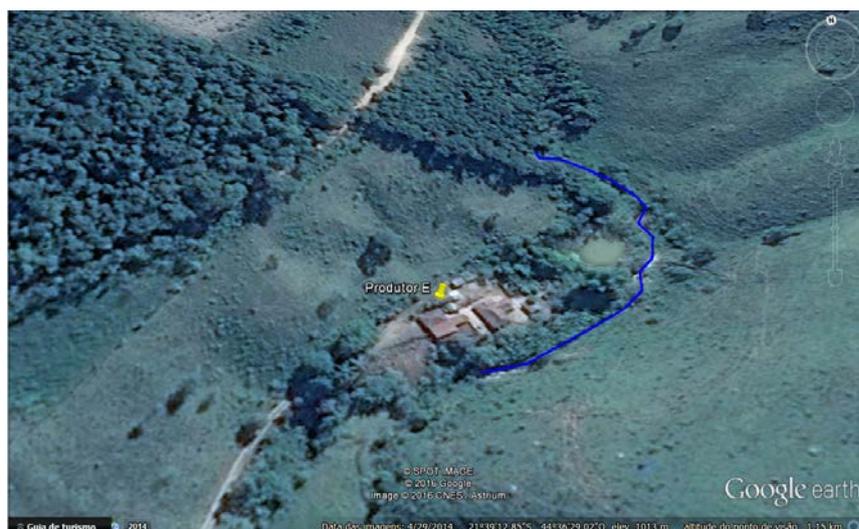
Figura 3 – Distância das propriedades do PNAE à cidade de Minduri.



Fonte: Google Earth Pro (2016).

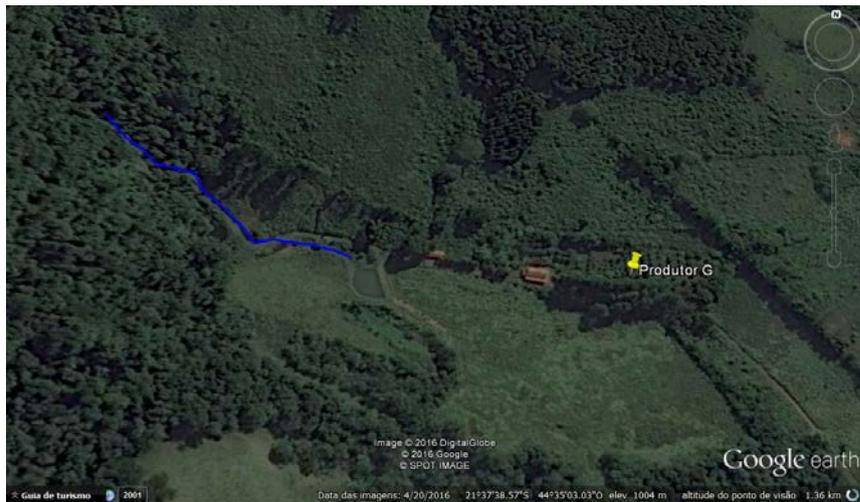
Na imagem mais detalhada de algumas propriedades, como demonstradas a seguir nas Figuras 4 e 5, e nas visitas é nítida a questão da preservação ambiental, qualidade da água, proteção de nascentes, córregos, cachoeiras, os Ribeirões do Prata e das Pitangueiras que abastecem o município e a pouca, ou nenhuma, utilização de agroquímicos, e aproveitamento total dos restos culturais dentro das atividades praticadas por eles, o que passa pela multifuncionalidade da agricultura familiar.

Figura 4 – Cachoeira pertencente ao Ribeirão da Prata propriedade Produtor E.



Fonte: Google Earth Pro (2016).

Figura 5 – Cachoeira pertencente ao Ribeirão das Pitangueiras, propriedade Produtor G.



Fonte: Google Earth Pro (2016).

Figura 6 - Mina d'água que alimenta Ribeirão da Prata, propriedade Produtor H.



Fonte: Autora (2016).

Figura 7 - Afluente do Ribeirão das Pitangueiras que corta as Propriedades dos Produtores B, C e F.



Fonte: Autora (2016).

Conforme Candiotto (2009), as novas funções atribuídas ao rural e à agricultura se ampliam para além da dimensão agropecuária, passam pelas paisagens; a biodiversidade, manifestações culturais e o modo de vida rural tornam-se elementos que passam a ser incorporados como possíveis geradores de emprego e renda para as famílias rurais, e que por sua vez, têm conduzido a uma refuncionalização do rural. Segundo Carneiro (2003, p. 19):

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos.

Dentre as várias atividades desenvolvidas nas propriedades da pesquisa, observou-se que o PNAE veio contribuir para o reconhecimento do trabalho das mulheres, para a segurança e soberania alimentar. Foi percebido, durante as entrevistas e pelos documentos, que 62,5% das mulheres são responsáveis pela comercialização direta dos produtos do PNAE para as escolas e no mercado da cidade, e 75% delas fazem a parte contábil dos rendimentos da família. A valoração do trabalho de homens e mulheres em decorrência dos papéis sociais de gêneros assumidos por uns e outras, a divisão do trabalho dentro da família é atribuída as outras atividades desempenhadas na propriedade, e fora dela (MENASCHE; MARQUES; ZANETTI, 2008).

A participação da mulher em atividades não agrícolas (que lhe geram acessos a renda individual) contribui para alterar os papéis sociais de gênero, além de favorecer a

permanência da mulher no meio rural, proporciona maior valorização do trabalho realizado, maior autonomia e maior socialização quando exercida fora da propriedade (SILVA; SCHNEIDER, 2010). Como foi visto nas falas a seguir:

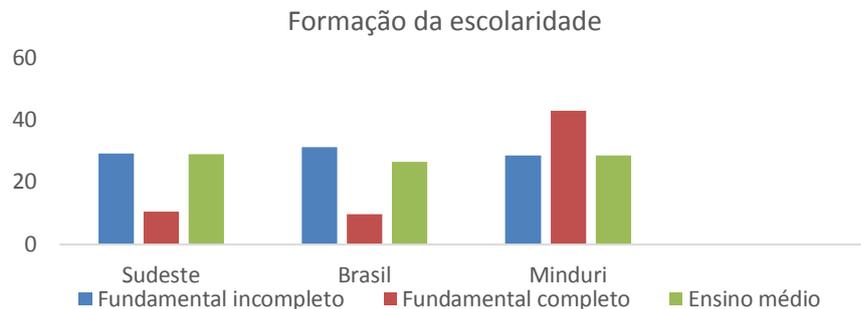
[...] “a parte de mexer aqui é comigo, ele me ajuda com o mais pesado, mas eu que fico por conta. O povo da cidade tá gostando bem de mim” [...] Produtora A

[...] “a gente faz o melhor, sem exagerar, não pode abrir demais, as minhas contas é tudo anotado, sei o que posso fazer” [...] Produtora H

[...] “eu fico a semana toda cuidando, aguando, ele vem fim de semana, não tem como a gente pagar alguém” [...] Produtora B

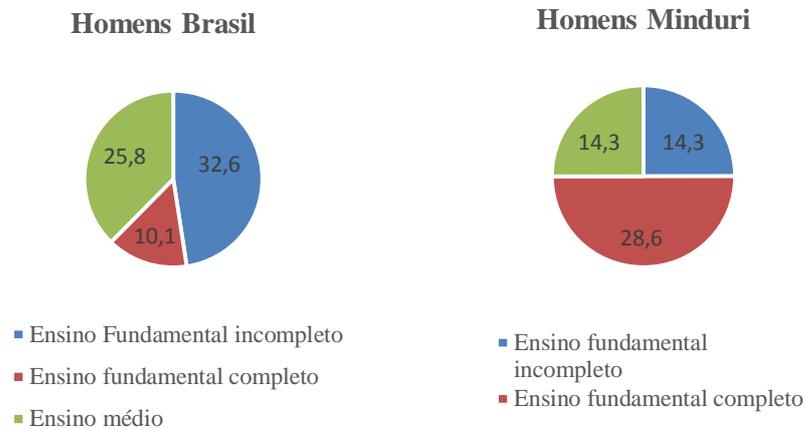
Foi observado na análise documental que, das famílias participantes da pesquisa, 4 pessoas possuíam a formação de 2º grau completo, 2 homens e 2 mulheres; 6 pessoas o 1º grau completo, 4 homens e 2 mulheres e 4 pessoas o 1º grau incompleto, 2 mulheres e 2 homens, seguem os dados no gráfico abaixo:

Figura 8 – Percentagem da Amostra da escolaridade no município de Minduri, região Sudeste e no Brasil.



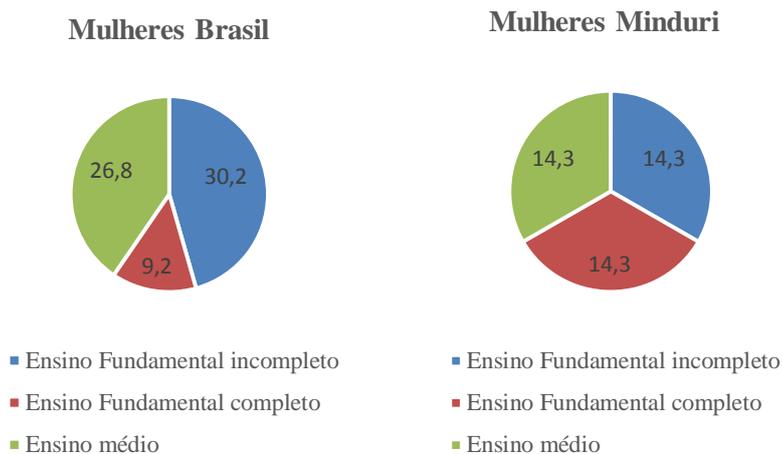
Fonte: Adaptado IBGE (2015) e dados da pesquisa.

Figura 9 – Distribuição da formação escolar na amostra masculina no município de Minduri e no Brasil.



Fonte: Adaptado IBGE (2015) e dados da pesquisa.

Figura 10 – Distribuição da formação escolar na amostra feminina no município de Minduri e no Brasil.



Fonte: Adaptado IBGE (2015) e dados da pesquisa.

Compreende-se que a diferença de escolaridade é devido os agricultores, acima de 40 anos, terem frequentado escolas rurais multisseriadas de 1º grau até o 4º ano, e alguns que puderam concluir depois de mais adultos o fizeram depois na cidade, pois o ginásio foi fundado em Minduri somente no ano de 1970; os mais jovens possuem o 2º grau completo, pois alguns iam para cidade estudar de transporte escolar ou mudavam-se temporariamente. Comparando-se essas proporcionalidades ao Brasil, vimos uma escolarização maior quanto à formação de ensino fundamental completo e ensino médio, e quanto ao Sudeste, ensino

superior ao fundamental completo e, proporcionalmente, um pouco inferior ao ensino fundamental incompleto e ao ensino médio.

Foi observado nos gráficos separados por gênero que, tanto em relação à formação da escolaridade das mulheres quanto aos homens participantes do PNAE é maior a formação de ensino fundamental completo em relação a amostra do país, e na formação de ensino fundamental incompleto e ensino médio é menor com relação ao país.

6.2 Melhorias relacionadas ao PNAE

As melhorias relacionadas ao PNAE pelos agricultores familiares de Minduri são relatadas pelas consequências benéficas do programa como a melhoria de renda, valorização dos produtos locais como a maior variedade no cardápio escolar e a abertura a partir do programa ao acesso do mercado local.

6.2.1 Melhoria da renda

Os agricultores familiares participantes do PNAE em Minduri também estão no estrato de concentração menor de terras em percentagem e variam de 2,29 ha a 19,05 ha. Confirmado por Guanzioli, Buainan e Sabbato (2012), 39 % dos agricultores familiares possuem estabelecimentos com área menor que 5 ha, e 20% dos estabelecimentos possuem áreas de 5 a 20 ha, totalizando 59% dos estabelecimentos rurais. Essa diferença no tamanho das propriedades da agricultura familiar pode influenciar na produção agropecuária, nas características socioeconômicas e ambientais, na gestão das áreas e mão de obra, impactando na geração de renda e nas diferentes fontes de renda (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2005).

Nesse contexto, ressalta-se a importância da diversidade de cultivos nas propriedades rurais, o que contribui para o equilíbrio ecológico nos agroecossistemas, além de propiciar geração de renda mais segura aos produtores (MARTINEZ; PEIL, 2013). Percebeu-se, com os documentos pesquisados, que as áreas das propriedades e suas rendas variam de acordo com os grupos do PRONAF e são complementadas com outros ganhos, classificados abaixo na tabela:

Tabela 2 – Classificação de renda por grupo Pronaf, por área, por renda extra.

Produtor	Área (há)	Grupo	Aposentadoria Rural	Aposentadoria INSS	Emprego meio urbano	Emprego meio rural
A	10,00	V	-	-	-	-
B	2,29	V	-	x	-	x
C	10,00	V	-	-	-	-
D	5,00	V	-	-	2x	-
E	2,50	V	-	-	-	-
F	12,00	B	-	x	-	-
G	19,05	B	*x	-	-	x
H	8,11	V	**2x	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

*indicativo de renda de um membro da família.

**indicativo de renda de dois membros da família.

As rendas dos agricultores do grupo B podem chegar a até 20000,00 (vinte mil reais) de renda bruta, e do grupo V variam de 20.000 a 360.000 (trezentos e sessenta mil) bruto anual (BRASIL, 2016). Observou-se, de acordo com os documentos analisados, que somente 3 produtores possuíam rendas brutas acima de 70 reais/dia, provenientes apenas das atividades desenvolvidas dentro da propriedade. Essas rendas podem ser atribuídas a outras áreas alugadas por curto espaço de tempo, tanto para plantio de culturas temporárias quanto para o aluguel de pastagem, como visto em suas DAPs e projetos de crédito rural.

A renda dos produtores B, D, F, G e H, são complementadas com outras rendas, advindas de aposentadoria rural e não rural, emprego meio urbano e rural. Revela-se, portanto, que a política de Previdência Social tem sido importante ao meio rural, na medida em que seus recursos contribuem com a renda de grande parte das famílias que residem no meio rural, e também para a economia dos municípios onde a agricultura familiar é a base social e econômica (BIOLCHI; SCHNEIDER, 2003).

O acesso dos produtores ao mercado institucional é garantido com o papel do Estado, quando este delibera orçamentos para seus programas e decide em favor de atividades que possam promover outros benefícios, como mudanças de comportamento nas famílias, práticas sustentáveis de compras alimentares e construindo mesmo uma interface com a saúde pública (SCHNEIDER; TRICHES, 2010).

[...] “muito bom, aproveita muita coisa, eu perdia a banana, faço quitanda e o dinheiro, aproveitou no lugar certo” [...] Produtora H

[...] “antes eu perdia as coisas, agora não perco mais” [...] Produtor D

[...] “vendo só para escola, porque parou com a carrocinha, acho melhor tudo para a escola, recebo um dinheiro total, tudo, melhor que vender picado” [...] Produtora G

O incremento na renda quanto à participação ao programa de alimentação gera mais que um complemento; o acesso ao mercado institucional promove uma divulgação da confiabilidade na qualidade e frequência de oferta de alimentos, fazendo com que 100% dos participantes afirmem que o programa é muito bom, com garantia de venda da sua produção.

6.2.2 Melhoria no acesso ao mercado local

Os agricultores do PNAE, em sua unanimidade, avaliaram que o programa ajudou a divulgar seus produtos no mercado local; a comercialização se dá de forma direta com mercados locais e mercados de cidades vizinhas e entregas em domicílio. E também admitiram que somente conheceram o programa por meio da reunião e/ou através do contato e orientação da Emater- MG do município. Confirmado abaixo:

[...] “ajudou a divulgar muito, com ajuda da Emater, nossa me ajudou demais, agora tem encomenda das professoras da escola, das pessoas. A orientação da Emater, com o rótulo, para colocar no mercado, vendo um pouco na feira, mercado e particular bastante” [...] Produtora H

A compra descentralizada da alimentação escolar proporciona inserção dos agricultores no mercado, além de gerar trabalho e renda para a população do município envolvido (BELIK; CHAIM; WEIS, 2004). Com isso, pode-se ter um maior alcance do programa gerando melhorias nos resultados e benefícios para os participantes (OLIVEIRA; BATALHA; PETTAN, 2015). Conforme falas a seguir:

[...] “entrego nas casas, mercado é pouco, tenho cliente fixo, tenho vendido tudo, é bom porque a gente não pode deixar entrar produto de fora na cidade” [...] Produtor F

[...] “o produto é muito bem aceito no mercado local, quanto mais fino melhor o fubá, embalado, vendo em seis mercados, no começo do mês até dia 20, é direto, de 50 a 80Kg por mercado. A noite fico só colocando as etiquetas” [...] Produtor E

[...] “ajuda a vender, o pessoal vai comentando, as crianças com os pais, ligam e entrego nas casas e alguma mercearia” [...] Produtor C

[...] “vendo direto, mercado de Cruzília, e particular, em embalagem de 2 Kg, escolhido e limpo” [...] Produtor D

O agricultor que se insere no mercado não é isolado desse, mas também não é subordinado a ele, produz, no entanto, um valor de uso, o qual o mercado demanda fazendo, assim, a renda para sua reprodução familiar (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2005).

A integração ao mercado ou a integração parcial a mercados incompletos não é o isolamento nem produção exclusiva de autossustentabilidade. A ideia não envolve, tampouco, um

gradualismo pelo qual o envolvimento com o mercado seria cada vez menos parcial até se tornar completo. O importante não é simplesmente o autoconsumo, que, no limite, existe em qualquer unidade de produção agrícola, mesmo num estabelecimento capitalista. O fundamental é a flexibilidade entre consumo e venda, em função de circunstâncias ocasionais (ABRAMOVAY, 1992). Comprovadamente nas falas que se seguem:

[...] “eu vendo as rosquinhas no mercado dele, ele me passa a farinha mais em conta, e abate na compra que eu faço” [...] Produtor H

[...] “quando faço troca, aí para um pouco de fornecer para o mercado, pego o milho de cata, faço o fubá, o lucro é o que rende e não cobro a moagem” [...] Produtor E

Anteriormente ao programa de alimentação, alguns agricultores do PNAE já vendiam verduras, mas o preço pago pelo mercado local era muito baixo, depois melhorou um pouco, mas ainda foi observado que há uma diferenciação, alguns dos preços nos editais estão bons, outros se encontram defasados como banana, chuchu, feijão, inhame, laranja. Isso ocorre porque muitas vezes, quando o edital é lançado o preço é um, e quando o produto é fornecido é outro, também devido à época de safra e a condições climáticas. Quando isso acontece, avaliado pelos produtores a própria escola, no caso a estadual, pede ao produtor para pesquisar nas feiras e atualizar os preços. Já no mercado local, há uma valorização quanto ao preço – produto, em função da qualidade. Comunicado nas falas a seguir:

[...] “tem coisas na escola que o preço é bom, mas outras não” [...] Produtor C

[...] “o preço no mercado é médio que faz na escola, não está tão de acordo, porque é manual e vai concorrer com quem tem maquinário, o preço que vendo na rua é o mesmo da escola” [...] Produtor F

[...] “o preço de mercado estava mais alto, aí falei com ela, ela acertou, até pagou um preço bom” [...] Produtor D

A internalização dos custos de produção ao preço que geram um benefício de interesse público é possível, desde que haja interesse em se fazer políticas públicas para tal ou quando a sociedade e o consumidor passam a valorizar esse produto (GRANZIERA; SAES, 2014). A valorização desses bens está passando a ser constante no mercado local, a divulgação, com a propaganda de pessoa a pessoa, e por um grupo criado a pouco, Saúde na mesa Minduri com noventa membros, está criando um espaço, não apenas dos produtos da alimentação escolar, mas outros típicos da agricultura familiar conectando, diretamente, o mercado consumidor, e alimentando o canal direto de comercialização.

6.2.3 Melhorias no cardápio escolar

A diversidade de alimentos que compõe o cardápio escolar, a demanda de produtos pela chamada pública das escolas estadual e municipal podem ser vistos nos editais desde 2010. Na municipal mais diversificado que a estadual, esta só emitiu chamada com mais tipos de alimentos, a partir de 2016, e, agora, as duas estão dentro dos hábitos e costumes locais. Os alimentos fornecidos são: abóbora madura, abobrinha, mogango, couve, fubá, feijão, brócolis, couve-flor, alface, mandioca, inhame, batata-doce, abacate, acerola, laranja, limão, cenoura, beterraba, manga, ponkan, rosca, rosquinha, banana maçã, banana prata, chuchu, repolho e pera. O que pode ser visto nas tabelas a seguir:

Tabela 3 – Gêneros alimentícios edital 001/2015 - Escola Estadual Fernando Melo Vianna.

Nº	Produto	Unidade	Quantidade	*Preço de Aquisição (R\$)	
				Unitário	Valor Total
1	Alface	pé	1000	2	2000
2	Alho	kg	30	15,73	471,9
3	Batata inglesa	kg	1500	2,93	4395
4	Cebola	kg	100	4,8	480
5	Cenoura	kg	400	3,93	1572
6	Feijão carioca	kg	400	3,71	1484
7	Fubá	kg	70	2,07	144,9
8	Laranja	kg	1000	1,86	1860
9	Limão	kg	300	3,3	990
10	Mandioca	kg	300	2,93	879
TOTAL					14276,8

Fonte: Edital Chamada Pública nº 001/2015¹

¹ CAIXA ESCOLAR ORLANDINO DE SOUZA ANDRADE. Chamada Pública Nº 001/2015 – Edital Nº 001/2015.

Tabela 4 – Gêneros alimentícios edital 01/2016 – Escola Estadual Fernando Melo Vianna.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	QTDE	UNIDADE MEDIDA	UNITÁRIO	TOTAL
1	Abacate	400	kg	R\$ 2,44	R\$ 976,00
2	Abóbora madura	300	kg	R\$ 2,50	R\$ 750,00
3	Abobrinha	100	kg	R\$ 2,86	R\$ 286,00
4	Acerola	30	kg	R\$ 4,00	R\$ 120,00
5	Alface	1000	unidade	R\$ 1,50	R\$ 1.500,00
6	Alho	30	kg	R\$ 18,00	R\$ 540,00
7	Banana prata	500	dz	R\$ 2,80	R\$ 1.400,00
8	Batata doce	50	kg	R\$ 3,00	R\$ 150,00
9	Batata inglesa	1000	kg	R\$ 3,50	R\$ 3.500,00
10	Beterraba	30	kg	R\$ 2,75	R\$ 82,50
11	Cebola	100	kg	R\$ 3,50	R\$ 350,00
12	Cenoura	200	kg	R\$ 3,00	R\$ 600,00
13	Chuchu	50	kg	R\$ 1,95	R\$ 97,50
14	Couve	200	mç	R\$ 2,00	R\$ 400,00
15	Couve-flor	50	kg	R\$ 3,50	R\$ 175,00
16	Feijão carioca	300	kg	R\$ 4,50	R\$ 1.350,00
17	Fubá	100	kg	R\$ 2,00	R\$ 200,00
18	Goiaba	30	kg	R\$ 3,50	R\$ 105,00
19	Inhame	100	kg	R\$ 2,75	R\$ 275,00
20	Iogurte	5000	bisnaga com 110g	R\$ 0,60	R\$ 3.000,00
21	Laranja	800	kg	R\$ 1,80	R\$ 1.440,00
22	Limão	250	kg	R\$ 3,50	R\$ 875,00
23	Maçã	100	kg	R\$ 4,80	R\$ 480,00
24	Mandioca	300	kg	R\$ 2,00	R\$ 600,00
25	Manga	100	kg	R\$ 4,00	R\$ 400,00
26	Mel	5000	Sachê com 10g	R\$ 0,35	R\$ 1.750,00
27	Melancia	30	kg	R\$ 1,50	R\$ 45,00
28	Moranga	50	kg	R\$ 1,60	R\$ 80,00
29	Poncã	200	kg	R\$ 1,80	R\$ 360,00
30	Repolho	100	kg	R\$ 2,50	R\$ 250,00
31	Rosca doce	100	kg	R\$ 4,00	R\$ 400,00
32	Rosquinha	200	kg	R\$ 13,00	R\$ 2.600,00
33	Vagem	30	kg	R\$ 4,50	R\$ 135,00
TOTAL					R\$ 25.272,00

Fonte: Edital Chamada Pública nº 001/2016².

A variação nos tipos de alimentos foi observada junto à Caixa escolar da Escola Estadual. Percebeu-se que, com a mudança administrativa e a nova gestão, foi aceito um maior número de produtos, assim como o valor fornecido por aluno aumentou de 2015 para 2016. O governo federal repassou a quantia de 0,30 por aluno e o governo estadual complementou com mais 0,30, o que, infelizmente, não foi confirmado para o próximo ano.

² CAIXA ESCOLAR ORLANDINO DE SOUZA ANDRADE. Chamada Pública Nº 001/2016 – Edital Nº 001/2016.

Entretanto, em 8 de fevereiro desse ano de 2017, com a Resolução nº 1 do FNDE, o governo federal alterou o valor per capita para oferta de alimentação escolar e aumentou um pouco o valor de repasse por aluno, variando de acordo com fase escolar (BRASIL, 2017b). Também pelo Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEE), que repassou esse ano R\$ 150 milhões para a alimentação dos estudantes nas escolas estaduais. Com isso, o valor dos recursos para esse fim dobrou, já que, atualmente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassa cerca de R\$ 150 milhões (MINAS GERAIS, 2015).

6.3 Problemas relacionados ao PNAE

Os problemas relacionados ao PNAE em Minduri são relatados pelos agricultores familiares tanto nas unidades produtivas como a falta de infraestrutura e equipamentos quanto a parte da falta do cumprimento das ações diretas do programa como o atraso no pagamento dos produtos.

6.3.1 Falta de infraestrutura e equipamentos

A dinamização da agricultura familiar passa por agregação de valores a cultura, tradição, hábitos saudáveis de alimentação, reforçados pelo programa do PNAE. Foi percebido pelos agricultores que, para atender a demanda da população local e diversificar ainda mais os tipos de produtos cultivados, muitos dos agricultores precisam renovar ou aliar sua eficiência de produção com algum auxílio de equipamentos e melhoria da infraestrutura, os quais não possuem, conforme falas abaixo:

[...] “o que eu estava precisando mesmo era reforma a horta, porque mudei e tenho que arrumar tudo outra vez” [...] Produtor A

[...] “para mim aqui precisava mesmo, como chama aqueles gira-gira, porque rego no regador, tem as caixas, mas ia me ajudar muito” [...] Produtor B

[...] “uma bombinha de irrigação ia ajudar bem” [...] Produtor C

[...] “só irrigação que falta” [...] Produtor D

[...] “preciso de mais um moinho, um só não está dando conta não, não está pronto, e só moe 30 Kg por noite” [...] Produtor E

A falta de infraestrutura está ligada à falta de recursos suficientes para galpões de beneficiamento, irrigação, equipamentos em geral, energia elétrica, o que dificulta o processo de produção da agricultura familiar. Segundo Silva e Silva (2011), os pequenos produtores esbarram em aspectos como infraestrutura deficiente para a logística da produção, necessidade de beneficiamento e agregação de valor aos produtos. Além das despesas com sementes, o preparo do solo representa o maior custo para o agricultor, devido aos custos com

combustível, máquinas e mão de obra (SENNA; RIBEIRO; CAVALHEIRO, 2016). O que foi confirmado nos dizeres a seguir:

[...] “você sabe eu sou sozinho, parte do maquinário é alugado, ou então na enxada, é difícil, um tratorzinho ajudava bem, mas conta, ah! Conta essa altura” [...] Produtor F

[...] “a caminhonete, o fusca está pequeno para carregar, vai lotado, não cabe mais nada, ainda vou ter minha caminhonete” [...] Produtora H

[...] “o forte meu é a laranja, é a reforma do pomar, mas ele tem que aposentar, para dar conta de fazer” [...] Produtora G

Percebeu-se que os agricultores trabalham, praticamente, sozinhos ou apenas com mais um membro da família, mesmo que 62,5% possuam acesso ao crédito rural, são cautelosos quanto aos gastos, contas, empréstimos de valores altos. Segundo Abramovay (1992), a racionalidade e a capacidade maximizadora do camponês e as práticas de ser avesso ao risco só poderiam ser diametralmente opostas àquelas contidas na ideia do agricultor maximizador de lucros. O comportamento econômico, se regido por aversão ao risco, existirá, evidentemente, um espaço técnico no interior do qual é possível uma alocação dos próprios fatores da agricultura tradicional de forma a promover seu crescimento, como quando realocam os próprios recursos oriundos de suas atividades para investir em um bem, ou serviço que vão auxiliar e aumentar sua produtividade, sem que precise recorrer a empréstimos bancários.

6.3.2 Atraso no pagamento dos produtos do PNAE

O problema visto pelos agricultores são atraso no pagamento pela prefeitura, referente aos produtos fornecidos para a escola estadual, eles fornecem os produtos, emitem nota, mas só recebem depois de dois a três meses, esse ano a maioria deles, levaram produtos em fevereiro e apenas em julho é que receberam, conforme falas abaixo:

[...] “é pouco, mas faz falta, é igual quando a gente trabalha de carteira tem o dia certo, quando passa um pouco, preocupa, trabalhou tem que receber” [...] Produtor F

[...] “a gente ligou tava precisando, ele falou que podia até pagar, mas não precisava fornecer mais” [...] Produtor G

[...] “o certo que a gente precisa, pra comprar as coisas, sementes, tudo certinho” [...] Produtor B

[...] “eu quase que parei de fornecer, não paga” [...] Produtor D

Foi percebido nas falas dos agricultores que a escola estadual quando fornecem, emitem nota e são pagos no final do mês, não entendem a demora da municipal. Visto que, no portal do FNDE, os repasses ao município são feitos em 4(quatro) parcelas, num total de

31.540,00(trinta e um mil quinhentos e quarenta reais) (BRASIL, 2015b). Essas características burocráticas causam desgastes e fragilizam as relações de confiança e proximidade entre o gestor financeiro e produtores, o que foi solucionado por um caso de sucesso com o “Vale Solidário” na Coofeliz, funcionando como uma moeda social em comércios de Espera Feliz, criado para suprir a dificuldade de pagamento aos agricultores devido à ausência de capital de giro (SILVA; DIAS; AMORIM JUNIOR, 2015). Ainda, segundo, Lopes e Doula (2016, p. 18):

Para que este cenário funcione bem no município, os Conselhos devem, além de outros requisitos, estar bem estruturados, com as normas definidas e com os representantes aptos para atuarem como conselheiros, no entanto, a realidade é oposta... Seguindo a nova governança pública na aproximação do Estado e da sociedade, verifica-se que enquanto o conselho for conivente com as falhas verificadas em todo o processo da gestão, a implementação do PNAE será sempre fragilizada, tornando-se difícil o alcance do seu objetivo.

O Conselho de Alimentação Escolar em Minduri possui membros da escola, e também dos agricultores, os membros se reúnem esporadicamente para mudança dos membros e raramente para decidirem algo sobre o processo de compras do PNAE.

A gestão do PNAE na escola municipal é realizada pela Secretaria de Educação, Prefeitura e Conselho de Alimentação Escolar; na Escola Estadual é gerido pela Caixa Escolar, Diretor e Superintendência de Ensino Regional. Os repasses financeiros da escola municipal são da Prefeitura e os da Escola Estadual são da tesouraria da Caixa Escolar. Os agricultores entrevistados em unanimidade, confirmaram que falta organização no acerto dos pagamentos por parte da Prefeitura, falta de gestão de recursos. Torna-se necessária uma abordagem sobre o poder-dever da Administração e suas ações de controle, em que medida a aplicação dessa ação de contribuição à educação em Estados e Municípios para a execução do PNAE encontra gestores locais eficientes, com nível de planejamento adequado e capacidade de prestar contas (ARAÚJO, 2016).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, observou-se que o PNAE foi promotor no desenvolvimento local de Minduri, fazendo surgir um reconhecimento da categoria agricultura familiar, como lei, mas também como parte de uma sociedade de valores que integram um desenvolvimento endógeno, que amplia as relações dos beneficiários de uma política com os demais indivíduos que compõe o seu meio.

No espaço desse novo mercado institucional, houve abertura ao engrandecimento do local que valoriza a origem, a confiabilidade da qualidade de produtos, mas também o reconhecimento de quais pessoas são fontes da soberania e segurança alimentar, enaltece a figura feminina como integrante ativa da política. E confere o que muitos autores, ditam estar institucionalizado como modo de vida, as formas pluriativas e multifuncionais dessa agricultura.

Os agricultores familiares deixaram claro que o PNAE complementa suas rendas familiares, junto às outras rendas são variáveis em função das áreas das propriedades, das atividades extras, da previdência social. E que o programa garantiu a promoção de entrada no mercado local; também que a escola estadual diversificando mais o cardápio puderam participar mais do montante de produtos e de recursos fornecidas para a compra dos alimentos.

A gestão escolar eficiente reforça uma boa variedade de produtos na alimentação escolar, aliado ao apoio mantido pelo governo federal, estadual e municipal, na aplicabilidade de recursos ao PNAE.

Com relação aos problemas, os agricultores revelaram que a falta de infraestrutura, e de serviços de terceiros adequado as suas atividades, como encanteiradora, compromete um aumento da área plantada e o escalonamento da produção, e isso prejudica a oferta de alimentos ao PNAE e ao mercado local.

O atraso no pagamento dos produtos foi marcado por insatisfação presente nas falas dos agricultores, problema apresentado à gestão de recursos municipais que podem ser compartilhadas e resolvidas com efetiva frequência, reestruturação e um pouco de autonomia do Conselho de Alimentação Escolar e Secretaria de Educação, perseverando uma integração maior entre poder público e conselho, uma vez que foi notado pelos agricultores que, somente os chamam para reunião quando vence o tempo e precisa fazer a constituição de novos conselheiros.

Foi observado que os agricultores têm sua própria forma de se adequarem à agregação de valor de seus produtos, conforme os recursos disponíveis em determinado momento, porque não há falta de acesso ao crédito ou orientação técnica, mas uma política de desenvolvimento local que possa lhes proporcionar prestação de serviços mais acessíveis.

O estudo ainda pode ser complementado com futuras pesquisas e aprofundamento em outras percepções de governança local, aplicação de recursos, gestão da parte educacional as quais podem acrescentar os conhecimentos necessários aos demais entendimentos desse programa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 121-140, dez. 2001.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 296 p.
- ALMEIDA, M. H. T. Prefácio. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007. p. 65-86.
- ANDRADE, D. P. et al. Atores e canais de comercialização dos frutos nativos do Cerrado para atendimento dos estabelecimentos do ramo alimentício e industrial do Distrito Federal e Entorno. **Sober**, Belém, v. 21/24, p. 1-17, jul. 2013.
- ARAÚJO, L. F. de. Irregularidades e impropriedades na execução do PNAE: um olhar panorâmico das decisões do tribunal de contas da união. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, Caçador, v. 1, n. 1, p. 7-23, 2016.
- BECKER, C.; ANJOS, F. S. dos. São os mercados institucionais da agricultura familiar um instrumento para o desenvolvimento rural?: estudo de caso em municípios do sul do Brasil. **Revista de la Facultad de Agronomía**, La Plata, v. 114, n. 3, p. 143-152, 2015.
- BELEI, R. A. et al. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 30, p. 187-199, 2008.
- BELIK, W.; CHAIM, N. A.; WEIS, B. O programa nacional de alimentação escolar como instrumento de promoção do desenvolvimento local. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004. p. 1-12.
- BIOLCHI, M. A.; SCHNEIDER, S. A Previdência Social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 243-268, 2003.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 24 maio 2016.
- BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006b. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95601/lei-11326-06>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRASIL. **Manual de Crédito Rural**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 26**, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE/MEC nº 4**, de 3 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/6341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-mec-n%C2%BA-4,-de-3-de-abril-de-2015>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Apresentação PNAE**. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 20 set. 2014.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados físicos e financeiros**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **FNDE legis**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrIPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico PNAE**. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Repasses financeiros**. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/repasses-financeiros>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resoluções**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/10186-resolucao-cd-fnde-mec-n-1,-de-08-de-fevereiro-de-2017>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Sobre o PNAE**. Brasília, DF, 2017c. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/10186-resolucao-cd-fnde-mec-n-1,-de-08-de-fevereiro-de-2017>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

BRITTO JÚNIOR, Á. F.; FERREZ JÚNIOR, N. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Revista Evidência**, Arará, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2012.

CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009. p. 1-16.

CARNEIRO, M. J. Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo, RJ). In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 88-103.

CASTRO, J. de A.; OLIVEIRA, M. de G. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, L. M. (Org.). **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p. 20-48.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

CRUZ, S. S. O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 241-269, abr./jun. 2012.

DEIMLING, M. F. et al. Agricultura familiar e as relações na comercialização da produção. **Interciencia**, Caracas, v. 40, n. 7, p. 440-447, 2015.

DEL GROSSI, M.; GRAZIANO, J. Ocupação nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992-1997. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Ed.). **O novo mundorural**. São Paulo: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. v. 1, p. 35-54.

FERRARI, D. L. et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2013.

FERRAZ, R.; SILVA, M. Métodos qualitativos e históricos aplicação de análise documental e entrevista narrativa e de história de vida e oral em estudos organizacionais. **CIAIQ2015**, Aracaju, v. 3, p. 44-48, 2015.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

GAZOLLA, M. Atores sociais e novidades na agroindústria familiar rural: avançando no debate sobre os seus mercados. In: COLÓQUIO, AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 3., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2011, p. 5.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 1., 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: GEPAD-UFRGS, 2005. 1 CD-ROM.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOOGLE EARTH PRO. **Minduri, Minas Gerais**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/intl/pt-PT/earth/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

GRANZIERA, M. M.; SAES, M. S. M. Um estudo da contribuição da agricultura multifuncional para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 60-70, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. Novo rural brasileiro: uma atualização. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005. 1 CD-ROM.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. 280 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção invisível na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, Merida, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: _____. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. p. 19-50.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: 1996 e 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v.50, n. 2, p. 351-370, jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, 2006**. Disponível em: <http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/>. Acesso em: 1 dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua_mensal/default.shtm>. Acesso em: 2 dez. 2016.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: do mito a realidade**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998. 348 p.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 37-45, 2007.

- LOPES, B. J. de; DOULA, S. M. Políticas públicas e governança: análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Sudeste Brasileiro. **Revista Espacios**, Caracas, v. 37, n. 20, p. 18, 2016.
- MACHADO, P. M. D. O. et al. Caracterização do programa nacional de alimentação escolar no estado de Santa Catarina. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 26, n. 6, p. 715-725, 2013.
- MANKIW, N. G. **Introdução à economia**. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 856 p.
- MARQUES, A. de A. et al. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1329-1341, 2014.
- MARTINEZ, E. Á.; PEIL, R. M. N. Caracterização da comercialização e da diversidade da produção dos agricultores familiares associados à cooperativa sul ecológica. **Revista Brasileira de Agrociência**, Pelotas, v. 16, n. 1/4, p. 149-152, jan./dez. 2013.
- MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.
- MENASCHE, R. M.; CHARÃO, F.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas de alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, p. 145s-158s, ago. 2008.
- MENDONÇA, M. P. Políticas públicas: desafios do milênio. **Percursos Acadêmicos**, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 326-328, jul./dez. 2015.
- MICRORREGIÃO Andrelandia. Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br/mg/minduri/11.php?micro=55>>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- MINAS GERAIS. Secretaria da Educação. **Repasse de recursos pelo governo de Minas Gerais vai melhorar qualidade da alimentação nas escolas**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/7455-repasse-de-recursos-pelo-governo-de-minas-gerais-vai-melhorar-qualidade-da-alimentacao-nas-escolas>>. Acesso em: 18 dez. 2016.
- MINDURI. Prefeitura Municipal. **Mapa de Minduri 1977, 1983**. Minduri, 1983. Disponível em: <<http://www.minduri.mg.gov.br/Cidade/Mapas/MapaCidade.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2016.
- NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.
- OLIVEIRA, G. C. P. G. **Desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno: redes de cooperação**. 2014. Disponível em: <<http://www.portaldodesenvolvimento.com.br/area/desenvolvimento-local/>>. Acesso em: 10 maio 2016.

OLIVEIRA, L. G. D.; BATALHA, M. O.; PETTAN, K. B. Programa Nacional de Alimentação Escolar e Agricultura Familiar no Brasil: estudo de caso em Ubá (Estado de Minas Gerais). In: CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS, ENTRE HERANÇAS E EMANCIPAÇÕES: DESAFIOS DO RURAL, 6., 2015, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2015. 1 CD-ROM.

ORTEGA, A. C.; MATOS, V. A. Outra economia para a nova sociologia econômica. **Revista Econômica**, Niterói, v. 14, n. 2, p. 137-156, 2013.

PARANÁ. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Políticas públicas**. Disponível em:

<http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PolíticasPublicas.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2015.

PEIXINHO, A. L. M. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

PLOEG, J. D. van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revistas Agrícolas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, p. 17-32, 2009. Edição especial.

QUEIROZ, D. T. et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, 2007.

ROSA, M. da M. et al. Avaliação de desempenho de políticas públicas: construção do conhecimento com base na literatura internacional. **Revista Ibero-Americana de Estratégia (RIAE)**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 110-130, 2015.

RUA, M. D. G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2012. 128 p.

RUA, M. G **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Brasília, DF: Banco Interamericano de Desenvolvimento; INDES, 1997. Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/o/1635738>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SANTOS, F. et al. Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1429-1436, 2014.

SARAIVA, E. B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-935, 2013.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2015.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, São Paulo, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C. de; MARTINEZ VALLE, L. (Ed.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito: Flacso, 2007. v. 1, p. 132-161.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, jan./fev. 2015.

SCHNEIDER, S.; TRICHES, R. M. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

SENNA, A. J. B. S.; RIBEIRO, R. A.; CAVALHEIRO, A. C. M. Análise de fornecimento de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de São Gabriel-RS. **Ciência e Natura**, Santa Maria, n. 38, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=467546204029>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

SILVA, C. B. D. C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: _____. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 183-207.

SILVA, M. G.; DIAS, M. M.; AMORIM JUNIOR, P. C. G. Mudanças organizacionais em empreendimentos de agricultura familiar a partir do Acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 53, n. 2, p. 289-304, 2015.

SILVA, M. G.; SILVA, S. P. Para além do acesso: uma análise entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural. **Mercado de Trabalho**, Brasília, DF, ano 16, n. 49, p. 87-93, nov. 2011.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TOMASETTO, M. Z. D. C.; LIMA, J. F. D.; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema-Paraná. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 21-30, 2009.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 66-105, abr. 2013.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 153-155, fev. 2007.

WAQUIL, D.; MIELE, P.; SCHULTZ, G. **Mercado e comercialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010. 74 p. (Série Educação a Distância).

WANDERLEY, M. D. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, p. 42-61, out. 2013.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, p. 62-87, out. 2003.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: Ed. UnB, 1997. 192 p.

WU, X. et al. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília, DF: ENAP, 2014. 160 p.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Vocês participam do PNAE, como?

Quanto tempo está no PNAE, que ano começou a fornecer?

Como ficou sabendo do programa?

Quais produtos fornece?

O que vocês percebem do PNAE, no que ele contribui? É um bom programa?

Vocês vendem somente para o PNAE ou não? Quais mercados?

Quais problemas percebe no PNAE?

O que acha que tem que melhorar na sua propriedade?

O que acha que tem que melhorar no programa?